

DA

Relatório de SUSTENTABILIDADE 2017

 **inpEV**

Sobre o relatório

GRI **G4-28, G4-29, G4-30, G4-31, G4-32**

Este relatório foi escrito conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), em sua versão G4, de acordo com a opção Essencial. Os processos para a determinação da Matriz de Materialidade que pauta o conteúdo estão descritos no final do relatório. Os capítulos foram nomeados com os temas que despontaram como os mais relevantes nessa matriz, tornando mais fácil de identificar onde cada um deles está sendo abordado.

O conteúdo engloba as informações do inpEV e de suas seis unidades de recebimento dentro do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017. O relatório anterior mais recente é referente ao mesmo período de 2016. O ciclo de publicação dos relatórios é anual.

Em caso de dúvidas, comentários ou sugestões sobre este relatório, contate o canal Fale Conosco pelo e-mail faleconosco@inpev.org.br ou pelo site do inpEV, inpev.org.br/fale-conosco.

A Global Reporting Initiative (GRI)

Organização independente responsável pela criação do modelo de relatório de sustentabilidade mais utilizado mundialmente. De acordo com a GRI, 93% das 250 maiores corporações do mundo adotam suas diretrizes em reportes desse tipo.

Foto da capa:

As embalagens Ecoplástica® são fabricadas pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. desde 2009. Foram as primeiras embalagens de defensivos agrícolas produzidas a partir de material reciclado a obter a certificação UN para transporte terrestre e marítimo de produtos perigosos.



4

Mensagem
do diretor-presidente



6

O inpEV



14

Governança
corporativa



20

Destaques
2017

O Sistema Campo Limpo	26		
Expansão das operações	36		
Ecoeficiência operacional	40		
Inovação e tecnologia	44		
Desenvolvimento humano	48		
Diálogo e cooperação <i>multistakeholder</i>	56		
Educação e conscientização	60		
		Logística	64
		Viabilidade econômica	68
		Matriz de materialidade	72
		Sumário de conteúdo da GRI G4	74
		Anexos	80
		Créditos	115

Mensagem

do diretor-presidente

GRI G4-1, G4-2

“O Brasil, por meio do Sistema Campo Limpo (SCL), segue buscando a excelência na destinação ambientalmente correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas”

O inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) integra um sistema robusto e de essencial importância para o país. Nosso desempenho reflete a capilaridade do Sistema Campo Limpo (logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas) e o atendimento da legislação, visando o transporte e a destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas e a logística reversa de sobras pós-consumo. A preparação do Sistema para ampliar sua atuação e receber os produtos impróprios, aliás, foi um dos nossos principais objetivos de 2017. Refinamos os estudos realizados em anos anteriores, desenvolvemos os processos e procedimentos para o recebimento das sobras, orientamos as unidades de recebimento nesse percurso, adequamos os locais de armazenamento de acordo com a Resolução Conama 465/14 e alteramos licenças ambientais. Conseguimos que as centrais do Sistema estivessem prontas para o recebimento das sobras, mas obter a licença ne-

cessária para essa operação ainda constitui um desafio em algumas localidades. Como resultado do esforço, 99 centrais e 50 postos estavam aptas a receber resíduos pós-consumo no final de 2017.

Nossas operações estão consolidadas, razão pela qual as autoridades legais contam com o nosso auxílio para projetos específicos, como os de disposição final de agrotóxicos obsoletos, realizados em parceria com os governos dos estados de São Paulo e do Paraná. Da mesma forma, outros setores enxergam no inpEV um *benchmarking* para iniciar suas próprias operações de logística reversa, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Nosso desempenho é referência mundial. Fomos a única organização brasileira não governamental a apresentar seus resultados no *Business Symposium at Unea-3*, evento promovido pela *United*



João Cesar M. Rando

DIRETOR-PRESIDENTE

Nations Environment Programme (Unep) no qual empresas expõem suas ações e programas para reduzir prejuízos ambientais.

O Brasil, por meio do Sistema Campo Limpo (SCL), segue buscando a excelência na destinação ambientalmente correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Esse Sistema direciona 94% das embalagens plásticas primárias (que entram em contato direto com o produto) comercializadas no país para o destino ambientalmente adequado. Desse montante, 90% são reciclados. Esses são resultados a se comemorar.

A inovação está sempre no nosso foco. Buscamos pensar continuamente formas de melhorar as nossas operações, fazendo com que o Sistema Campo Limpo acompanhe a evolução do setor agrícola. Sistematizamos o recebimento itinerante com essa visão, levando a logística reversa àqueles agricultores com mais dificuldades de acesso às unidades físicas. Em termos tecnológicos, estamos ampliando o Sistema de Informações das Centrais (SIC) para os postos, por meio de uma ferramenta chamada Sistema de Informações dos Postos (SIP). Com ele, teremos rastreabilidade do processo de recebimento desde a entrada das embalagens va-

zias nessas unidades, integrando suas informações eletronicamente e permitindo uma gestão mais rápida e eficiente.

A característica de liderança do Instituto, a valorização do trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento se traduzem em um dos valores do inpEV, a atitude integradora, que atua por um bem maior: a conservação do meio ambiente. A forma como pensamos a gestão de todo o Sistema gira em torno disso e da sustentabilidade das atividades. Não nos limitamos a retirar as embalagens vazias de defensivos agrícolas do campo, mas procuramos executar essa missão de forma a minimizar impactos ambientais, reduzir custos e capturar valor para o Sistema.

Ainda em 2017, o inpEV atualizou seu Código de Conduta, incluindo duas normas fundamentais dentro do contexto que vivenciamos atualmente: a Política Anticorrupção e a Política Concorrencial. As diretrizes estabelecidas no Código devem nortear as decisões e orientar nossos funcionários, parceiros, fornecedores e associadas a lidarem com assuntos relacionados ao Instituto.

Desejo a todos uma boa leitura!

Central de recebimento de embalagens em Rondonópolis, MT.

O inpev

**Atua como núcleo de inteligência
do Sistema Campo Limpo e é
responsável pela operacionalização
da logística reversa das
embalagens em todo o país**



Missão,

Visão e Valores e Princípios

GRI G4-56



Missão

Contribuir para a conservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.



Visão

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, como referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos e tornar-se autossustentável no Brasil.



Valores e Princípios

- **Atitude integradora:** é a característica de liderança do Instituto, a valorização do trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento.
- **Inovação:** é dinamismo, empreendedorismo, criatividade e superação de desafios que posicionam o inpEV como referência mundial na logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas.
- **Integridade:** é ter o comportamento pautado pela ética, pelo respeito às diferenças, pela transparência em todas as ações realizadas e pela veracidade das informações.
- **Responsabilidade socioambiental:** é a razão de ser do Instituto, que atua como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo.
- **Segurança:** é o zelo pelo bem-estar e pela integridade física dos funcionários e de todos os envolvidos no Sistema Campo Limpo, bem como a proteção de informações e do patrimônio.

Perfil organizacional

GRI **G4-3, G4-4, G4-6, G4-7, G4-8**

O inpEV é uma entidade sem fins lucrativos criada pela indústria fabricante de defensivos agrícolas para promover a correta destinação das embalagens pós-consumo desse tipo de produto. Sediado em São Paulo, o Instituto integra o Sistema Campo Limpo, no qual atua como núcleo de inteligência e é responsável pela operacionalização da logística reversa das embalagens em todo o país (*saiba mais na pág. 28*). Foi fundado em dezembro de 2001, em atendimento às determinações da Lei Federal nº 9.974/00, que estabeleceu os princípios para o manejo e a destinação ambientalmente corretos das embalagens vazias de defensivos agrícolas, e entrou em funcionamento em março de 2002. A criação do inpEV possibilitou integrar os diferentes elos da cadeia agrícola e o setor público e orientar o ciclo das embalagens pós-consumo desde o campo até a destinação final.

O Brasil é referência mundial em logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Por ação do Sistema Campo Lim-

po, cerca de 94% das embalagens plásticas primárias comercializadas no país – que entram em contato direto com o produto – e 80% do total das embalagens de produtos comercializados recebem, anualmente, a correta destinação. GRI **G4-EN28**

O processo de logística reversa gerenciado pelo inpEV ajuda a conectar agricultores de todo o país e 5 mil revendas e cooperativas a uma rede de mais de 400 unidades de recebimento fixas, localizadas em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal. As unidades respeitam as regras estabelecidas em normas técnicas, legislações e licenciamentos ambientais. A maior parte delas é dirigida por associações de revendedores, mas há seis unidades gerenciadas diretamente pelo Instituto – Alto Parnaíba, MA; Boa Vista do Incra, RS; Rondonópolis, MT; Taubaté, SP; Unai, MG; e Uruçuí, PI. O inpEV é responsável por encaminhar o material recebido nas unidades à sua destinação adequada (reciclagem ou incineração).

A Lei Federal 9.974/00 e o Decreto Federal 4.074/02

Legislação que instituiu o conceito de responsabilidade compartilhada entre os agentes da cadeia no processo de recebimento e destinação final das embalagens vazias de defensivos agrícolas e determinou os papéis específicos de cada um deles.

A fiscalização do cumprimento dessas responsabilidades fica a cargo do poder público e este, juntamente com os canais de distribuição e a indústria fabricante, também atua na educação e conscientização dos agricultores sobre a importância de participarem da logística reversa.

RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS



Agricultores: lavar, inutilizar e armazenar temporariamente o material, conforme orientações técnicas; devolver as embalagens vazias no local indicado na nota fiscal de venda e guardar o comprovante de devolução (fornecido pela unidade de recebimento) por um ano.



Canal de distribuição (revendas e cooperativas): indicar na nota fiscal o local para devolução da embalagem pós-consumo; manter locais para a devolução; receber e armazenar adequadamente o material; emitir comprovante de devolução aos agricultores; e educar e conscientizar produtores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.



Indústria fabricante (representada pelo inpEV): retirar as unidades armazenadas nas unidades de recebimento; dar a correta destinação ao material (reciclagem ou incineração); e educar e conscientizar produtores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.



Poder público: fiscalizar o cumprimento das atribuições legais dos diferentes agentes; conceder licenciamento às unidades de recebimento; e educar e conscientizar produtores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.



Luís Eduardo Cavalcá, agricultor homenageado durante as comemorações do Dia Nacional do Campo Limpo em 2017, pela central de recebimento de Taubaté, SP.

PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES DE DEFESA DO SETOR AGRÍCOLA

GRI G4-16

O Instituto é membro da *CropLife Latin America*, organização internacional que defende a produtividade e a sustentabilidade da agricultura, e integra os comitês de duas entidades associadas: Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

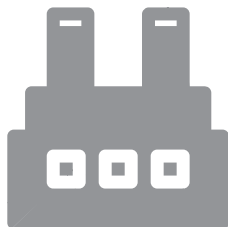
Estrutura

operacional

GRI **G4-5, G4-9, G4-13**

Em 2017, o inpEV contava com 76 funcionários, divididos entre a sede administrativa, em São Paulo, centrais de gerenciamento próprio e coordenadores regionais de Operações (CROs), distribuídos em dez estados e responsáveis por estimular a integração entre todos os agentes corresponsáveis pelo desenvolvimento do Sistema Campo Limpo.

Ainda no mesmo ano, o inpEV mudou a localização da sua sede. O escritório, que antes ficava no bairro de Pinheiros, foi para a região do Brooklin, ambos na cidade de São Paulo.



108

empresas fabricantes,
registrantes ou importadoras de
defensivos agrícolas



9

entidades
representantes do
setor agrícola

História

do inpEV

2001

- Sete entidades representativas do setor agrícola e 27 fabricantes se unem para fundar o inpEV, em 14 de dezembro, dando continuidade a um estudo iniciado em 1992, que visava entender o fluxo das embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil, e tendo como contexto a promulgação da Lei Federal 9.974/00, que definiu as questões ligadas ao destino adequado das embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil.

2002

- Entra em funcionamento, em março, o sistema de logística reversa, que posteriormente receberia o nome de Sistema Campo Limpo. A estrutura, na ocasião, é formada por 33 centrais de recebimento e um posto. Ao longo do ano, mais empresas se associam ao inpEV, totalizando 39 associadas.

2004

- Criação do personagem Olimpio, um espantalho que personifica as mensagens de educação e conscientização do SCL.

2005

- Com a destinação de 43 mil toneladas de embalagens vazias desde a criação do Sistema, o Brasil torna-se referência mundial no tema.
- É criado o Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL), em 18 de agosto, com o objetivo de dar mais visibilidade ao Sistema e aprofundar a conscientização da sociedade. Desde então, todos os elos da cadeia agrícola comemoram os excelentes resultados do Sistema nessa data.

2008

- É criada a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., que visa fechar o ciclo de gestão das embalagens de defensivos agrícolas dentro da própria cadeia, a partir da fabricação de novas embalagens e resinas provenientes de reciclagem do material recebido nas unidades.
- Inaugurada a primeira unidade de recebimento gerenciada pelo inpEV, em Rondonópolis, MT.

2009

- A Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A lança a Ecoplástica®, primeira embalagem no mundo produzida a partir de resina reciclada de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Trata-se também da primeira embalagem fabricada com matéria-prima reciclada a obter a certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm³) para o transporte terrestre e marítimo de produtos perigosos. A Ecoplástica® materializa o compromisso do inpEV com a inovação e a busca da autossuficiência econômica para o SCL.

2010

- A destinação atinge 94% do total das embalagens plásticas primárias comercializadas.
- O inpEV participa ativamente das discussões que levariam à definição da PNRS.
- O Instituto lança um programa educacional para alunos do Ensino Fundamental alinhado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação (MEC). Essa ação dá início ao Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA).

2013

- O inpEV executa projeto pioneiro no Paraná para eliminação do BHC (hexaclorociclohexano) e de outros defensivos agrícolas obsoletos e estocados em propriedades rurais desde sua proibição na década de 1980, em parceria com instituições públicas e privadas – *pág. 59*.

2014

- É implementado o adEV (Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias) para oferecer ao agricultor a possibilidade de programar as devoluções e às centrais, maior previsibilidade de demanda, resultando em ganhos de tempo e eficiência.

2015

- Início do projeto de recebimento de sobras pós-consumo nas unidades do Sistema Campo Limpo – *pág. 38*.
- Inauguração da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas, em Taubaté, interior de São Paulo, e início da produção da Ecocap, um sistema de vedação de alta performance para embalagens.

2017

- Encerramento do Projeto de Destinação Adequada de Agrotóxicos Obsoletos em São Paulo, durante as comemorações do Dia Nacional do Campo Limpo, na central de Taubaté, SP. O evento contou com as presenças do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e dos Secretários da Agricultura e do Meio Ambiente – *pág. 58*.
- Implementação da segunda etapa do projeto de destinação de agrotóxicos banidos por lei no Paraná, em especial o BHC – *pág. 59*.



Governança **corporativa**

GRI G4,34

**O inpEV busca as
melhores práticas de
mercado para a sua gestão**



Coerente com os valores que orientam sua atuação e comprometido com os pilares que sustentam o seu papel como o núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos), o inpEV busca as melhores práticas de mercado para a sua gestão. O estatuto social reitera a necessidade de atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade.

A estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral de Associados, pelo Conselho Diretor, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal. Comitês temáticos somam conhecimento e apoiam as decisões da liderança: Tributário, Logística, Embalagens e Aprovação de Artefatos.

A Assembleia Geral é composta pelos associados do inpEV, indústria fabricante dos defensivos agrícolas, e por entidades que representam os diversos elos da cadeia agrícola. A Assembleia se reúne duas vezes por ano para validar a estratégia e avaliar o desempenho do Instituto. O Conselho Diretor é representado por membros de empresas associadas contribuintes e entidades

associadas, sendo responsável por definir as diretrizes para o cumprimento da missão e dos objetivos sociais do inpEV. As entidades que representam os elos da cadeia agrícola participam das decisões e têm a responsabilidade de levar informações e deliberações sobre o Sistema Campo Limpo, agregar conhecimento e orientações para o bom funcionamento do SCL.

A Diretoria Executiva é responsável pela condução da gestão, pela implementação da estratégia e pelo desempenho do inpEV. Ela é liderada pelo diretor-presidente, que é um profissional independente (sem vínculo com as empresas associadas), nomeado pelo Conselho Diretor.

O modelo de gestão está baseado em normas rígidas de auditoria e de controle. Com a orientação de auditores externos e o parecer do Conselho Fiscal, o Instituto divulga anualmente o resultado de suas atividades e operações segundo normas brasileiras de contabilidade como parte do compromisso de transparência com as empresas e entidades associadas e com os demais elos da cadeia.

Conselho Diretor

Basf S.A.

Roberto Melo Araújo	Titular
Mauricio do Carmo Fernandes	Suplente

Bayer S.A.

Gerhard Bohne	Titular
Alessandra Fajardo	Suplente

DU PONT do Brasil S.A.

Marcelo Okamura	Titular
Giovanni Cadorin	Suplente

Iharabras S.A. Indústrias Químicas

Gustavo Urdan	Titular
Juliano Justo	Suplente

Syngenta Proteção e Cultivos Ltda.

Jorge Buzzetto	Titular
José Pelaquim	Suplente

OUTROS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

• Conselho Fiscal

É constituído por três membros eleitos pela Assembleia Geral entre as associadas contribuintes (em 2017, Arysta, Dow e FMC), responsável por apoiar e fiscalizar as outras instâncias de governança.

COMITÊS DE APOIO E CONSELHO NACIONAL DE CENTRAIS

• Comitê Tributário

Facilita o alinhamento dos participantes do Sistema Campo Limpo com temas fiscais, tributários e societários. Formado por profissionais do inpEV, da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. e por consultores externos.

• Comitê Trabalhista

Debate questões relacionadas aos profissionais alocados na sede do inpEV em São Paulo e nas unidades de recebimento gerenciadas diretamente pelo instituto, bem como às equipes das demais unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo.

• Comitê de Logística

Discute medidas para aprimorar processos e tecnologias de logística reversa, no âmbito do Sistema Campo Limpo.

• Conselho Nacional de Centrais

Grupo multidisciplinar formado por gerentes de centrais, que atua em apoio à administração do inpEV. Entre suas funções estão demandas gerais do Sistema e divulgação das melhores práticas para os conselhos regionais.

GRUPOS DE TRABALHO

São comitês que não fazem parte da estrutura de governança corporativa, porém têm atuação fundamental para o andamento de determinadas atividades, como:

• Comitê de Aprovação de Artefatos

Avalia e aprova, junto às recicladoras parceiras, a fabricação de novos artefatos a partir das embalagens vazias provenientes do Sistema Campo Limpo.

• Comitê de Ética

Criado em 2017 em decorrência da atualização do Código de Conduta do inpEV.

• Comitê de Embalagens

Avalia as novas tendências, o ciclo de vida das embalagens e as inovações do setor.

Código

de conduta

GRI **G4-56**

O Código de Conduta do inpEV foi revisado no final de 2017, após ser atualizado com base na Lei Anticorrupção. O documento visa assegurar a prática da Missão, dos Valores e dos Princípios éticos do Instituto, orienta as ações dos funcionários do inpEV e direciona a postura frente aos diferentes públicos de relacionamento. Define, ainda, alguns preceitos relacionados que podem trazer conhecimento, capacidade, experiência e cooperação entre todos os elos da cadeia agrícola que fazem parte do sistema de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas. São abrangidos por suas diretrizes funcionários e prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e associados.

O processo de atualização envolveu toda a organização e contou com apoio jurídico. Como um de seus desdobramentos, foi criado o Comitê de Ética. Também foram lançadas as Políticas Anticorrupção e Concorrencial.

Uma cópia é entregue para os novos funcionários no momento da contratação e para os fornecedores. O documento também está disponível no site do Instituto (inpev.org.br).

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

GRI **G4-S04**

Essa política foi criada para assegurar que os associados e funcionários do inpEV respeitem as normas éticas do Código de Conduta e a Lei Anticorrupção nacional (Lei Federal nº 12.846/2013), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de empresas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

As diretrizes da política são baseadas nos mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência e, além de compreenderem os requisitos da lei federal, indicam práticas preventivas e dispõem sobre as sanções legais e internas.

Todos os associados e funcionários, atuando em nome do inpEV, devem observar, cumprir e fazer cumprir os termos e as condições da política. Eles devem conhecer o conteúdo no momento da formalização do vínculo com o Instituto, de forma que o combate à corrupção seja um compromisso de todos. É dever comunicar sempre que houver dúvidas, preocupações ou suspeitas de qualquer conduta inapropriada.

POLÍTICA CONCORRENCIAL

A Política Concorrencial também tem como propósito garantir o cumprimento de lei federal. A Lei nº 12.259, de novembro de 2011, estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. A troca de informações concorrenciais sensíveis ou o exercício de qualquer prática anticompetitiva não serão tolerados pelo inpEV, sendo terminantemente proibida qualquer forma de interação com concorrentes que possa afetar as boas práticas de mercado. As formas de evitar essa conduta estão previstas na Política Concorrencial.

TREINAMENTOS

Em 29 de novembro e 1º de dezembro de 2017, todos os funcionários do inpEV, incluindo os coordenadores e supervisores regionais e funcionários terceirizados, participaram de treinamento com base no novo Código de Conduta em questões que abrangem não discriminação, igualdade de gênero e ambiente de trabalho. No treinamento, houve a apresentação do documento e uma dinâmica de grupo em que os participantes eram convidados a expor suas opiniões sobre diferentes situações.

Treinamentos relacionados ao Código de Conduta

GRI **G4-SO4**

	Total de funcionários por categoria funcional	Total de funcionários que receberam treinamento	Percentual de funcionários que receberam treinamento
Diretoria	1	1	100%
Gerência	7	7	100%
Coordenação	17	17	100%
Supervisão	6	6	100%
Administrativo	17	16	94%
Operacional	23	1	4%
Aprendiz	3	2	67%
Estagiários	2	2	100%
Total	76 ¹	52	68%
Total de horas dedicadas em treinamentos relativos a direitos humanos em 2017, por funcionário²		4,00	
Percentual de empregados que receberam treinamentos relativos a direitos humanos em 2017³		67%	

Notas:

1. Considera somente os funcionários próprios.
2. Todos os associados e membros do CD receberam o novo Código de Conduta, mas não houve um treinamento específico para esses públicos.
3. Foram considerados todos os funcionários do inpEV, com exceção daqueles que ocupam cargos operacionais nas centrais de recebimento.

DE RECEBIMENTO
DE EMBALAGENS VAZIAS
DE AGROTÓXICOS
DE RONDONÓPOLIS

CENTRAL SENADOR
JONAS PINHEIRO

Destques 2017

Em mais um ano de
conquistas, o inpEV
apresenta os principais
destaques de 2017



Equipe da central de recebimento de embalagens de Rondonópolis, MT, iniciando mais um dia de trabalho.

2017

em números



94%

das embalagens plásticas primárias de defensivos agrícolas colocadas no mercado têm destinação ambientalmente adequada

44,5 mil

toneladas de embalagens vazias destinadas ao longo do ano



99

centrais e **50** postos licenciados para o recebimento de produtos impróprios ou sobras pós-consumo



224,5

toneladas de agrotóxicos banidos incinerados do estado do Paraná, na segunda etapa do projeto em parceria com instituições públicas e privadas

292

toneladas de agrotóxicos banidos incinerados do estado de São Paulo, em um projeto em parceria com instituições públicas e privadas

Entenda detalhes sobre os projetos de destinação de obsoletos na *pág. 58*



121

participações em eventos para o público
universitário e escolas técnicas



76

funcionários

46

participações em eventos de associadas,
feiras agrícolas, dias de campo e
simpósios



228 mil

alunos participantes do Programa de
Educação Ambiental Campo Limpo (PEA) /
3.608 alunos participantes do agroPEA
(programa de educação ambiental para
alunos universitários e do ensino técnico)



70 mil

participantes das atividades do Dia
Nacional do Campo Limpo

COMPROMISSOS E DESEMPENHO 2017

	Unidade	Meta	Desempenho
Total de embalagens destinadas	t	44.500	44.512
PEA ¹ – escolas	nº	2.000	2.380
DNCL ² - centrais com atividades	nº	100	109
Centrais recebendo sobras pós-consumo	nº	111	99 ³

Notas:

1. Programa de Educação Ambiental Campo Limpo
2. Dia Nacional do Campo Limpo
3. A meta de centrais recebendo impróprios não foi atingida devido às dificuldades relacionadas à obtenção das licenças necessárias a essa operação em algumas localidades.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2017**• Participação do poder público**

As comemorações do Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL) e do encerramento do Projeto de Destinação Adequada de Agrotóxicos Obsoletos em São Paulo, ocorridas na Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, em agosto, contaram com as presenças do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e dos Secretários Estaduais da Agricultura e do Meio Ambiente, além de autoridades municipais. *Saiba mais na pág. 62.*

• inpEV e o estado do Ceará firmam Termo de Compromisso

O inpEV, as associações de distribuidores e o Governo do Ceará, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), da Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (Semace) e da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri), assinaram, em dezembro de 2017, um Termo de Compromisso para a Logística Reversa de embalagens vazias de Agrotóxicos. O documento atende determinações da PNRS, do Decreto Federal Nº 7.404/10 e da Lei Estadual nº 16.032/16.

Atualmente, o estado cearense destina cerca de 50 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas por meio dos postos de recebimento de Quixeré e Ubajara, gerenciados pela Associação do Comércio Agropecuário do Semi Árido (Acasa) e pela Associação do Comércio Agropecuário do Ceará (Acace), respectivamente, e também por meio dos eventos de recebimento itinerante. Em 2018, o Ceará terá mais um posto para devolução de embalagens, na região do Cariri, gerenciado pela Associação de Distribuidores e Revendedores de Insumos Agrícolas do Cariri (Adiac). Além disso, serão realizados mais de 50 eventos de recebimento itinerante ao longo do ano.

• Posto de Quixeré é inaugurado

Em 25 de agosto, a Acasa (Associação do Comércio Agropecuário do Semi Árido), com apoio do inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), inaugurou o posto de recebimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas de Quixeré, no Ceará, com capacidade para receber até 60 toneladas por ano.

A unidade atende cerca de 300 agricultores das cidades de Quixeré, Limoeiro do Norte, Jaguaribara, Jaguaribe e Morada Nova, entre outros localizados na região da Chapada do Apodi, na divisa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. As embalagens vazias recebidas no novo posto são enviadas pelo inpEV para a central de Mossoró, gerenciada pela Associação do Comércio Agropecuária do Semiárido (Acasa), e de lá seguem para a reciclagem ou incineração.

• inpEV participa do Symposium at Unea-3

João Cesar M. Rando, diretor-presidente do inpEV, apresentou o Sistema Campo Limpo no *Business Symposium at Unea-3*, evento promovido pela *United Nations Environment Programme* (Unep) durante a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Nairóbi, no Quênia. O executivo do Instituto participou da iniciativa a convite da GBA4-E (*Global Business Alliance for the Environment*). O inpEV foi a única organização brasileira não governamental a marcar presença.



• Comitativas internacionais visitam o Brasil

A convite do inpEV, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. recebeu, em março, comitiva de 43 representantes de mais de dez países, liderada pela *Croplife International*, associação sediada na Bélgica que promove tecnologias agrícolas. A visita precedeu o *Container Management Meeting*, evento realizado em São Paulo em 2017.

Uma comitiva de 35 integrantes da Associação das Cooperativas Argentinas (Aca) visitou, em agosto, a central de recebimento de Ponta Grossa, PR, gerenciada pela Assocamp (Associação dos Revendedores de Insumos Agropecuários dos Campos Gerais) para um intercâmbio de experiências sobre logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

O inpEV também recebeu a Diretoria da CIAFA (*Cámara de la Industria Argentina de Fertilizantes y Agroquímicos*), que vieram conhecer o Sistema Campo Limpo e buscar referências que os ajudassem a implementar um sistema similar na Argentina, em função da recente legislação em vigor.

grandes especialistas em temas ambientais na participação em painéis e oficinas.

• Latin America Sabre Awards

A campanha do Dia Nacional do Campo Limpo de 2016 conquistou dois certificados de excelência no *Latin America Sabre Awards*, o mais importante prêmio global do mercado de Relações Públicas: *Public Education e Reputation Management*. Esse prêmio, concedido pelo *Holmes Report*, entidade dedicada a aprimorar o setor de RP globalmente, reconhece iniciativas do México, de países do Caribe, da Argentina e do Brasil.

• Ranking Sustentar de Inovação

O inpEV mereceu destaque na quinta edição do *Ranking Sustentar de Inovação* por sua atuação como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo nas atividades de logística reversa e destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Esse *ranking* visa identificar, avaliar e disseminar inovações sustentáveis realizadas por organizações privadas, públicas e do terceiro setor.

RECONHECIMENTOS

• Troféu Entidade Amiga do Meio Ambiente e da Abrampa

O inpEV recebeu, em 2017, o Troféu Entidade Amiga do Meio Ambiente e da Abrampa, criado pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa), com o objetivo de promover, difundir e aprimorar o uso eficiente dos recursos naturais, a conservação do meio ambiente, as melhores práticas e o apoio a projetos socioambientais sustentáveis. A entrega ocorreu durante o Congresso da Abrampa, evento que reuniu, em 26 de abril, na cidade de São Paulo,



Deivid Júnior dos Santos, operador da central de recebimento de Taubaté, SP, realiza o descarregamento de caminhão de embalagens vazias procedente de propriedade agrícola da região.

O Sistema Campo Limpo

Por meio do Sistema Campo Limpo o país é considerado referência mundial na destinação ambientalmente correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas

GRI G4-9



Sistema Campo Limpo é o programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias, ou contendo resíduos, de defensivos agrícolas. Com o inPEV atuando como seu núcleo de inteligência, esse Sistema abrange todas as regiões do país e tem como base o conceito de responsabilidade compartilhada por agricultores, fabricantes, canais de distribuição e poder público, conforme a Lei Federal 9.974/00 e seu Decreto regulamentador 4.074/02. Sua ampla capilaridade pode ser comprovada pelos números de sua estrutura, apresentados no infográfico a seguir.

O Sistema acompanha a evolução da agricultura brasileira e do agronegócio. Se fossem abandonadas no ambiente ou descartadas inadequadamente, as embalagens de defensivos agrícolas poderiam comprometer o solo, as águas superficiais e os lençóis freáticos. Ao serem reutilizadas, elas colocam em risco a saúde humana e o meio ambiente.

Pesquisa realizada pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) apontou que, em 1999, 50% das embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil eram doadas ou vendidas sem qualquer controle, 25% tinham como destino a queima a céu aberto, 10% ficavam armazenadas ao relento e 15% eram simplesmente abandonadas no campo. A adoção do Sistema Campo Limpo modificou esse cenário de tal forma que, hoje, o país é considerado referência mundial na destinação ambientalmente correta dessas embalagens. Cerca de 90% do material recebido pelo Sistema retorna ao ciclo produtivo como matéria-prima, o que corresponde ao percentual médio de embalagens passíveis de reciclagem (de papelão, metálicas e de plástico lavável, desde que tenham sido corretamente lavadas após a utilização no campo). As embalagens não-laváveis (cerca de 5% do total comercializado) e aquelas que não foram corretamente lavadas pelos agricultores, são encaminhadas para incineradores credenciados.



90% do material recebido pelo Sistema retorna ao ciclo produtivo como matéria-prima, o que corresponde ao percentual médio de embalagens passíveis de reciclagem



Nas centrais de recebimento as embalagens são separadas, prensadas e enfardadas antes de seguirem para a reciclagem ou incineração.

Infraestrutura

O Sistema Campo Limpo possui unidades de recebimento em 25 estados e no Distrito Federal, entre centrais e postos. Esses locais são gerenciados por associações de distribuidores de defensivos agrícolas, com exceção das seis centrais administradas diretamente pelo inpEV. O Instituto orienta as demais unidades e dissemina boas práticas em te-

mas como procedimentos operacionais, legislação trabalhista, segurança e administração financeira.

Tanto as centrais quanto os postos de recebimento devem atender as determinações da Resolução Conama 465/14 para a obtenção ou renovação de seu licenciamento ambiental.

Fundamentos do Sistema Campo Limpo



Legislação

Atribui responsabilidades específicas a cada elo da cadeia agrícola



Integração

Envolvimento de todos os elos desde o início do Sistema



Educação e conscientização

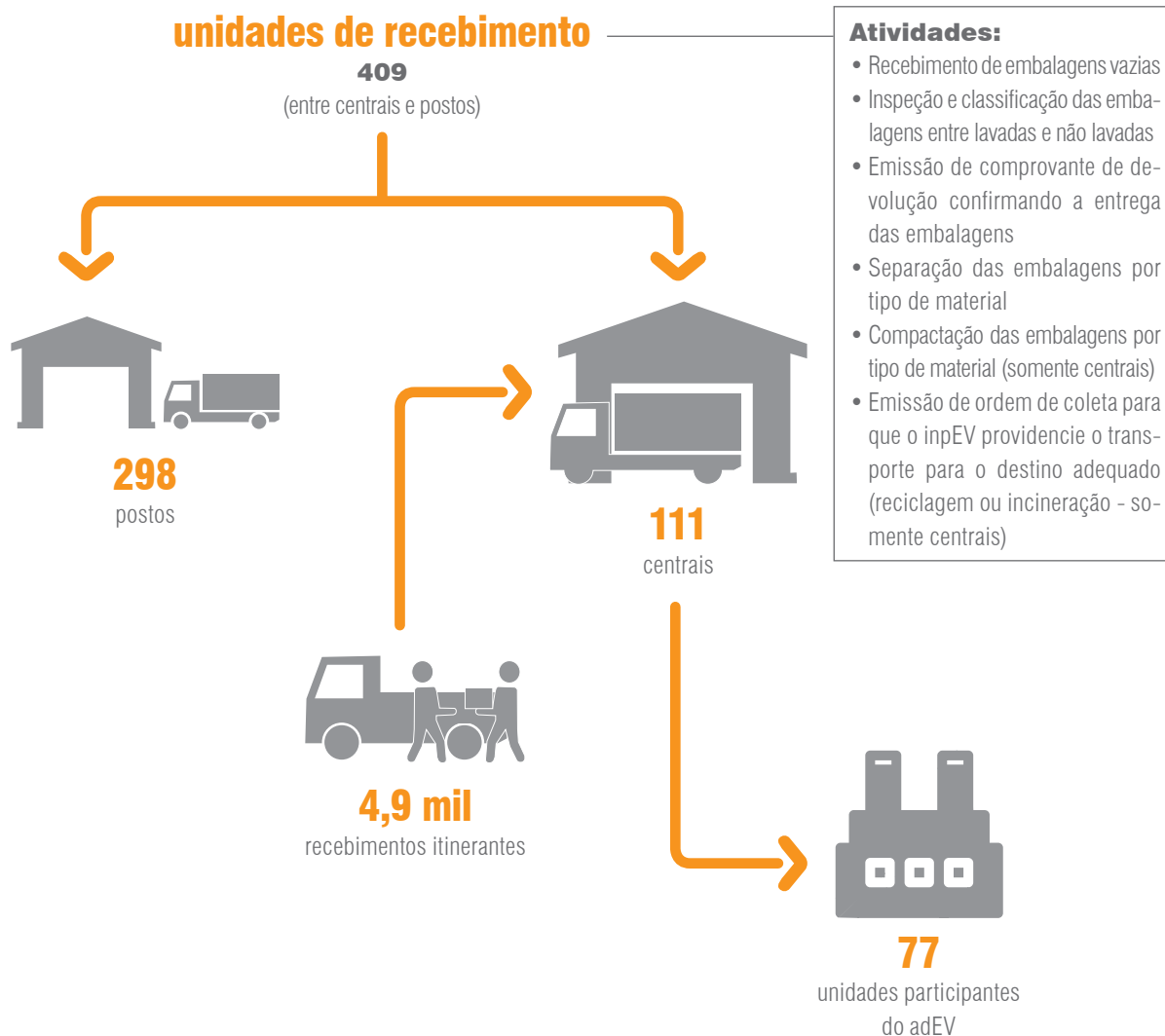
Esforços contínuos e consistentes



Gestão de processos e informação

Orienta a tomada de decisão com foco no aumento da produtividade, eficiência e geração e captura de valor

GRI 64-12



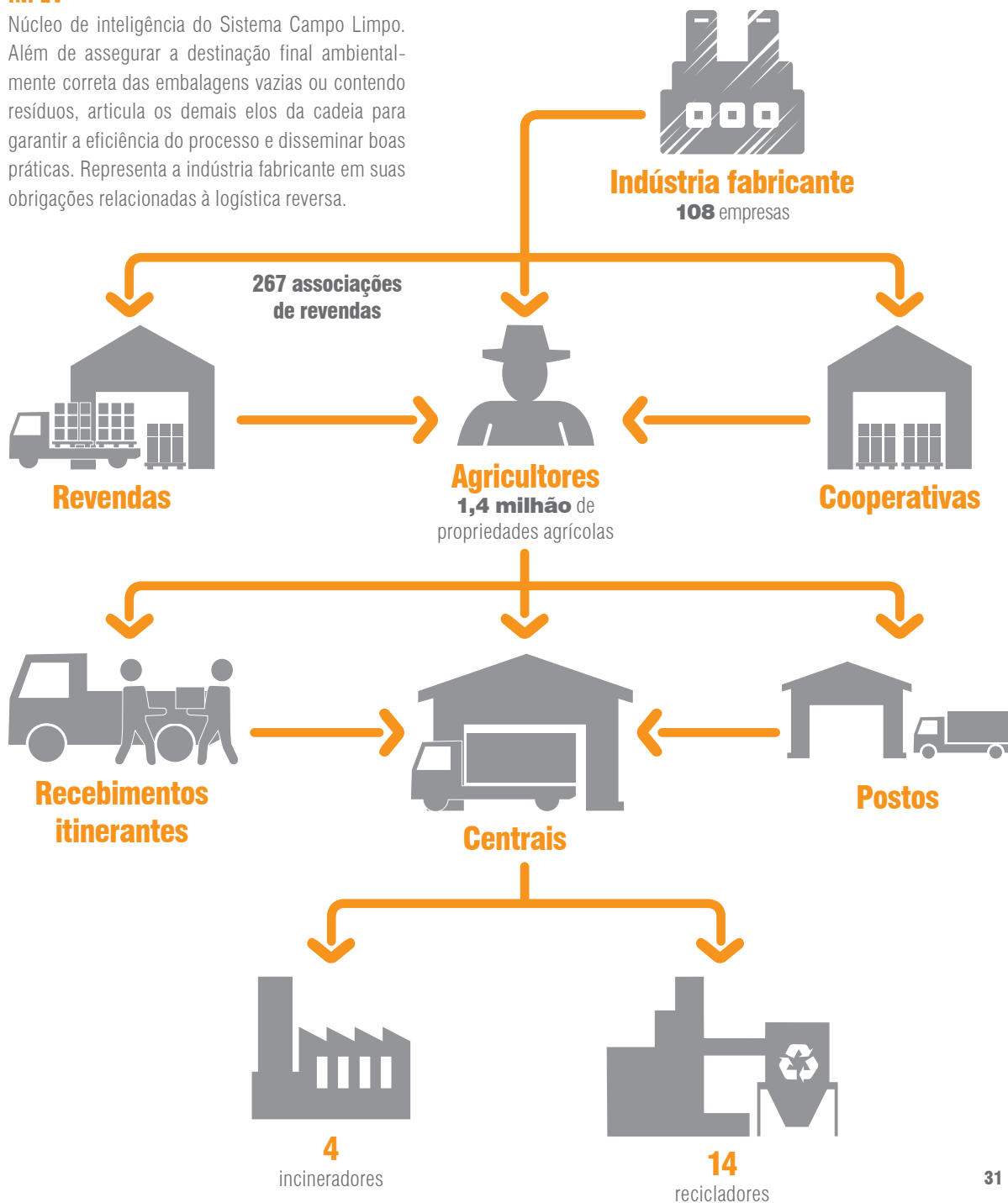
- **Centrais:** estruturas responsáveis pelo recebimento, separação e compactação das embalagens vazias, para envio à destinação adequada. Em dezembro de 2017, 99 centrais também estavam aptas a receber sobras pós-consumo, que são acondicionados em embalagens próprias para o envio à disposição final, sem manipulação dos resíduos.
- **Postos:** estruturas menores, aptas a receber as embalagens vazias e separá-las. Alguns já estão aptos para o recebimento de sobras pós-consumo. As embalagens vazias ou contendo resíduos são encaminhadas às centrais.
- **Recebimento itinerante:** unidade volante para o recebimento de embalagens vazias em regiões mais distantes das unidades fixas de recebimento.
- **Agendamento Eletrônico de Embalagens Vazias (adEV):** sistema que permite que os agricultores programem as devoluções das embalagens vazias ou contendo resíduos pelo computador ou um dispositivo móvel. Por meio do adEV, as centrais conseguem prever a demanda e gerenciar de forma mais eficiente o recebimento das embalagens.

GRI G4-12

INPEV

Núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo. Além de assegurar a destinação final ambientalmente correta das embalagens vazias ou contendo resíduos, articula os demais elos da cadeia para garantir a eficiência do processo e disseminar boas práticas. Representa a indústria fabricante em suas obrigações relacionadas à logística reversa.

FLUXO DO SISTEMA CAMPO LIMPO



94%

das embalagens plásticas primárias – que entram em contato direto com o produto – comercializadas no país são corretamente destinadas pelo SCL. O Sistema é preparado para receber **100%** das embalagens e destiná-las corretamente.



CONTROLE E RASTREABILIDADE

O Sistema de Informações das Centrais (SIC) controla a movimentação dos materiais desde a emissão do seu comprovante de recebimento, passando pelo acompanhamento de estoque por tipo de material até o transporte e entrega nos recicladores ou incineradores, com a rastreabilidade do processo. Também permite o acompanhamento dos documentos das unidades, como licenças e autorizações ambientais, entre outras informações.



Estoque



Ordens de coleta



Despesas



Material movimentado



Documentos

Segurança

e melhoria contínua no SCL

GRI G4-PR1

O controle dos impactos na saúde e segurança e a busca pela melhoria contínua do Sistema Campo Limpo são garantidos por meio da certificação ISO 9001, de gestão da qualidade, em sua versão mais recente (2015). A realização de auditorias garante que os procedimentos sejam atendidos na íntegra e que as possíveis não conformidades sejam tratadas para correção definitiva e aprimoramento do Sistema.

Toda embalagem entregue às centrais e postos é vistoriada no momento do recebimento. As que não foram lavadas adequadamente, ou as embalagens

não-laváveis, são encaminhadas para área segregada e de lá seguem para a incineração.

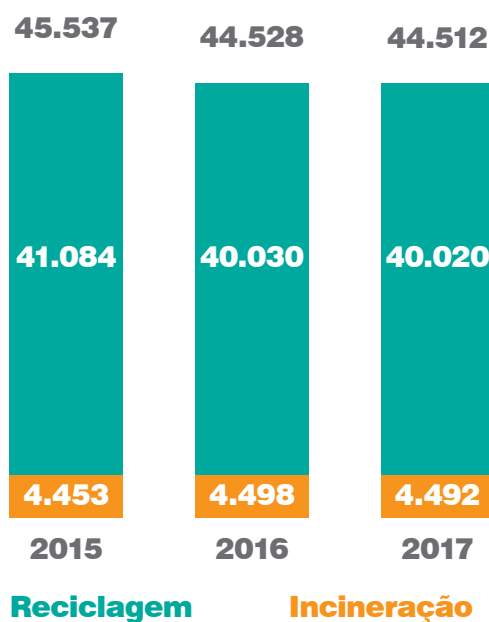
Desde 2003, o inpEV realiza análises laboratoriais da tríplice lavagem realizada pelos agricultores, para entender a qualidade da verificação visual e da segregação das embalagens por parte das centrais, e mantém atualizado um banco dos resultados das análises, utilizando como base a norma técnica ABNT NBR 13968. Os resultados demonstram que, na média, as embalagens possuem 10 vezes menos traços de defensivos do que o limite da normativa.

Meta 2018:

- **dar destinação adequada para 44.700 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas.**
- **o inpEV tem a expectativa de destinar 180 toneladas de produtos impróprios.**

Números da destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas em 2017 (em mil toneladas)

GRI G4-EN23



Destinação das embalagens vazias por região



Destinação das embalagens vazias por estado (em toneladas)

Estado	2016	2017	%
Alagoas	106,6	113,8	6,77%
Amazonas	-	10,0	-
Bahia	3.088,2	3.004,5	-2,71%
Espírito Santo	292,3	277,5	-5,09%
Goiás	4.485,4	4.226,3	-5,78%
Maranhão	788,8	852,0	7,90%
Mato Grosso	10.484,9	10.319,1	-1,58%
Mato Grosso do Sul	3.430,8	3.628,5	5,76%
Minas Gerais	3.403,5	3.704,9	8,86%
Pará	191,4	218,4	14,13%
Paraná	5.970,2	5.764,4	-3,45%
Pernambuco	232,3	345,5	48,72%
Piauí	642,7	615,1	-4,30%
Rio de Janeiro	55,3	-	-100,00%
Rio Grande do Norte	40,9	45,2	10,45%
Rio Grande do Sul	4.571,2	4.685,2	2,49%
Rondônia	478,1	458,2	-4,18%
Roraima	18,4	18,5	0,43%
Santa Catarina	1.005,9	796,3	-20,83%
São Paulo	4.582,5	4.624,3	0,91%
Sergipe	54,2	55,4	2,06%
Tocantins	605,2	749,3	23,80%
Total	44.528,9	44.511,6	-0,04%

Nota: Não houve destinação direta para recicladores e incineradores nos estados não relacionados na tabela. A diferença de 0,04% entre a quantidade de embalagens destinadas em 2016 e 2017 reflete o atingimento da maturidade do Sistema e não é significativa.



Expansão das **operações**

GRI G4-13

A atuação do
inpEV é considerada
benchmarking em termos
de logística reversa no
Brasil e no mundo



- 10 = 100cm
- 9 = 90cm
- 8 = 80cm
- 7 = 70cm
- 6 = 60cm
- 5 = 50cm
- 4 = 40cm
- 3 = 30cm
- 2 = 20cm
- 1 = 10cm

Norma Regulamentadora
NR-12
CONFORMIDADE
PORTARIA 197
Ministério do Trabalho

EMERGÊNCIA
EMERGÊNCIA



(Escolha dos Cilindros)

→ Prensagem
→ Sacar Fardo

→ Para Cima
→ Para Baixo

(Sentido de Movimento)



As atividades realizadas nas centrais são regidas por procedimentos operacionais que priorizam a segurança dos colaboradores.

Em 2017, foram inauguradas sete unidades, sendo uma delas uma central localizada em Santarém, no Pará. Ainda em 2017, a central de Uruçui, PI, passou a ser administrada diretamente pelo inpEV, tornando-se a sexta unidade de gerenciamento próprio do Instituto.

A construção da central de Placas, na Bahia, foi concluída. A nova unidade de recebimento deverá entrar em operação em 2018 e será gerenciada diretamente pelo inpEV.

Recebimento de sobras pós-consumo

Em 2017, 99 centrais de recebimento estavam adequadas para o recebimento de embalagens com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas. O processo de adequação das unidades foi iniciado em 2015 e, posteriormente, estendeu-se também aos postos. A meta era ter 50 deles aptos a receber embalagens com sobras pós-consumo em 2017, o que foi cumprido.

São consideradas “sobras pós-consumo” ou “embalagens contendo resíduos” as eventuais sobras de defensivos agrícolas fabricados e comercializados regularmente no Brasil e registrados nos órgãos competentes que estão em poder dos agricultores com data de validade vencida ou avaria que impossibilite seu uso. As adequações físicas das unidades de recebimento incluíram a definição de um espaço específico para o armazenamento, entre outras exigências da Resolução Conama 465/14. As unidades que não são geridas pelo inpEV foram orientadas pelo Instituto durante todo o processo, da adaptação da infraestrutura e procedimentos ao licenciamento.



Até o fim de 2017, 99 centrais e 50 postos já haviam sido licenciados para receber sobras pós-consumo. No ano de 2017, 86.762 quilos de sobras de produtos pós-consumo foram destinados de forma ambientalmente adequada pelo Sistema Campo Limpo.

Resolução Conama 465/14

Estabelece requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de defensivos agrícolas, vazias ou contendo resíduos.

Modelo

para outros setores

A atuação do inpEV é considerada *benchmarking* em termos de logística reversa no Brasil e no mundo. O Instituto vem sendo procurado por representantes de outros setores, interessados no desenvolvimento de programas de logística reversa devido à regulamentação da Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Nesse contexto, o inpEV e a Abisolo (Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal) assinaram um contrato para a realização de um projeto-piloto de logística reversa de embalagens de fertilizantes foliares, organominerais, orgânicos, substratos para plantas e condicionadores de solo. Participam do projeto-piloto, que vai até fevereiro de 2018, as unidades de recebimento de Ponta Grossa, PR; Rondonópolis, MT; e Patrocínio, MG.



As embalagens recebidas nas centrais são inicialmente separadas para, em seguida, serem prensadas e enfardadas.

Ecoeficiência operacional

GRI G4-15, G4-EN27, G4-EN28, G4-EN29, G4-EN30, G4-EN34

O Sistema Campo Limpo é uma solução ecoeficiente para o recebimento e a destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil



Ecoeficiência

do Sistema Campo Limpo

GRI G4-EN27

A ecoeficiência do Sistema Campo Limpo é anualmente avaliada por estudo de Análise de Ciclo de Vida, realizado pela Fundação Espaço Eco (espacoeco.org.br). Esse estudo compara o cenário real de existência do SCL, com outro, hipotético, em que o Sistema não existe, como ocorria até 2002. De acordo com o material, o SCL é a alternativa mais ecoeficiente para o recebimento e a destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil.

A atividade do SCL contribui para a melhoria das condições ambientais do país, uma vez que promove a correta destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas pós-consumo. Além disso, o inpEV segue atento aos eventuais impactos que sua atuação pode causar.

Para isso, adota o chamado frete de retorno na execução da logística reversa para o transporte das embalagens, modelo explicado com *mais detalhes na pág. 66*. Esse tipo de frete é um grande aliado na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). O inpEV também endossa, desde 2015, o Protocolo Climático do Governo do Estado de São Paulo.

A reciclagem evita que novos recursos naturais sejam extraídos para abastecer a indústria produtiva. Adicionalmente, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos produz embalagens por meio de processos mais ecoeficientes. A Ecoplástica®, por exemplo, emite quatro vezes menos gases de efeito estufa em sua fabricação do que uma embalagem convencional. Inovadora, ela oferece alta resistência, sendo a primeira de sua categoria a obter a certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm³) – norma de segurança para embalagens dos setores químicos – para o transporte marítimo e terrestre de produtos perigosos.

Em 2017, o Instituto investiu aproximadamente R\$ 13 milhões em ações de proteção ambiental. Todas as normas ambientais relacionadas ao exercício de suas atividades são cumpridas, razão pela qual não houve o registro de multas ou sanções não monetárias nesse sentido em 2017. O inpEV também não recebeu queixas formais relacionadas a impactos no meio ambiente.

Ecoeficiência do Sistema Campo Limpo em números (de 2012 a 2017)

- **Economia de energia suficiente para abastecer 2,5 milhões de casas**
- **Extração de recursos naturais 20 vezes menor em relação a um cenário com inexistência do Sistema**
- **Redução de resíduos em quantidade equivalente ao gerado por uma cidade de 500 mil habitantes em 11 anos**
- **Redução de cerca de 625 mil toneladas de emissões de CO₂ equivalente, ou 1,4 milhão de barris de petróleo não extraídos** GRI G4-EN19

Investimento em proteção ambiental (em R\$ mil) GRI G4-EN31

	2015	2016	2017
Tratamento e disposição final de resíduos	11.405	9.907	9.407
Incineração das embalagens não-lavadas	11.405	9.849	9.081
Destinação de produtos obsoletos e impróprios ¹	-	23	156
Incineração de sobras pós-consumo ²	-	35	170
Prevenção e gestão ambiental	3.575	3.725	3.574
Ações de educação e conscientização ³	3.384	3.506	3.382
Ações de monitoramento ⁴	191	219	192
TOTAL	14.980	13.632	12.981

Notas:

1. Ações e programas desenvolvidos em parceria com órgãos de governos estaduais.
2. Sobras pós-consumo de defensivos agrícolas devolvidas por agricultores nas unidades licenciadas do Sistema Campo Limpo.
3. Englobam investimentos em conscientização e educação, como eventos, o Dia Nacional do Campo Limpo, materiais produzidos para utilização em palestras e dias de campo, além de materiais utilizados pelos multiplicadores.
4. Os números refletem as análises laboratoriais de monitoramento após a lavagem das embalagens vazias pelos agricultores, além de consultorias relacionadas.

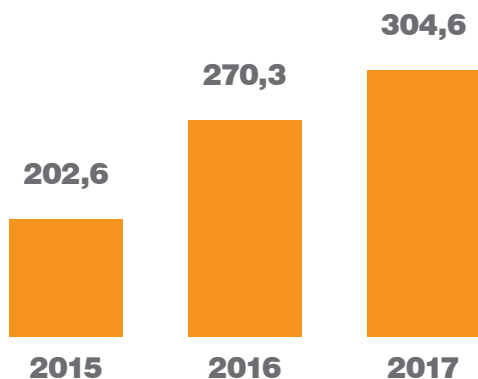
Consumo de energia e de água

GRI G4-EN3, G4-EN8

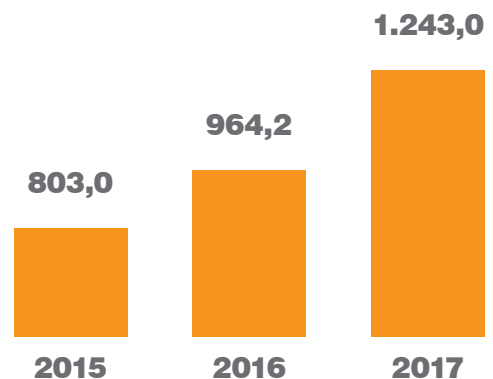
O consumo de energia elétrica do inpEV aumentou 13% em relação a 2016 em decorrência da mudança de sede e da incorporação de novas centrais de recebimento à sua gestão. Em São Paulo, onde está localizada a sede do Instituto, são executadas ações de redução do consumo de energia e uso consciente do ar-condicionado no verão e dos aquecedores no inverno. Para 2018, está prevista a implantação de uso de energia solar na central de recebimento de gerenciamento próprio em Unaí, MG.

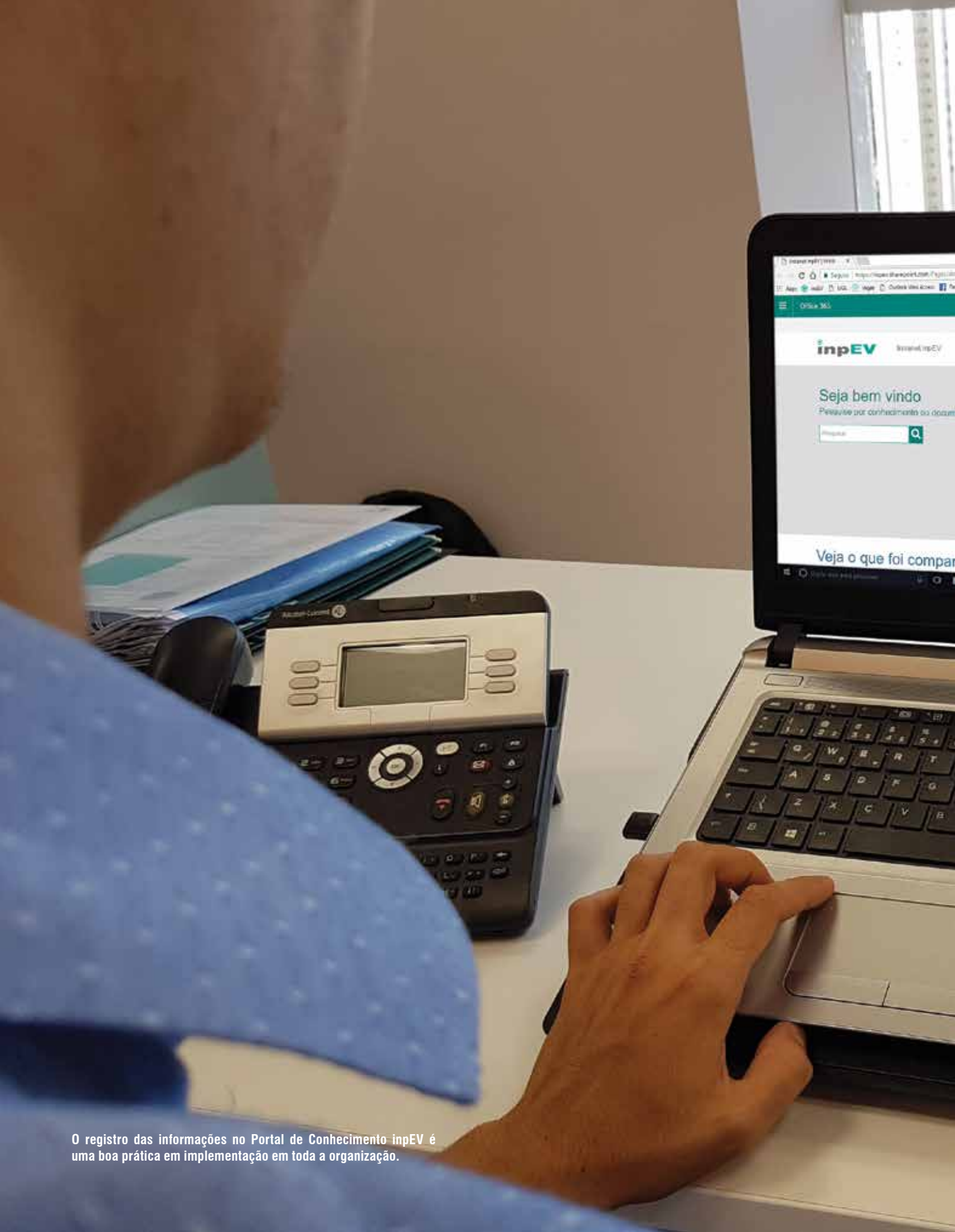
O consumo de água pelo inpEV foi 29% maior em 2017 do que em 2016. Esse aumento se deve à abertura de novas unidades e à contabilização do consumo da sede, possibilitada pela mudança de edifício. A sede e a central de Rondonópolis utilizam água proveniente de abastecimento municipal. As demais centrais e unidades possuem poços artesianos. A atividade do inpEV não gera efluentes.

Consumo de energia (em GJ)

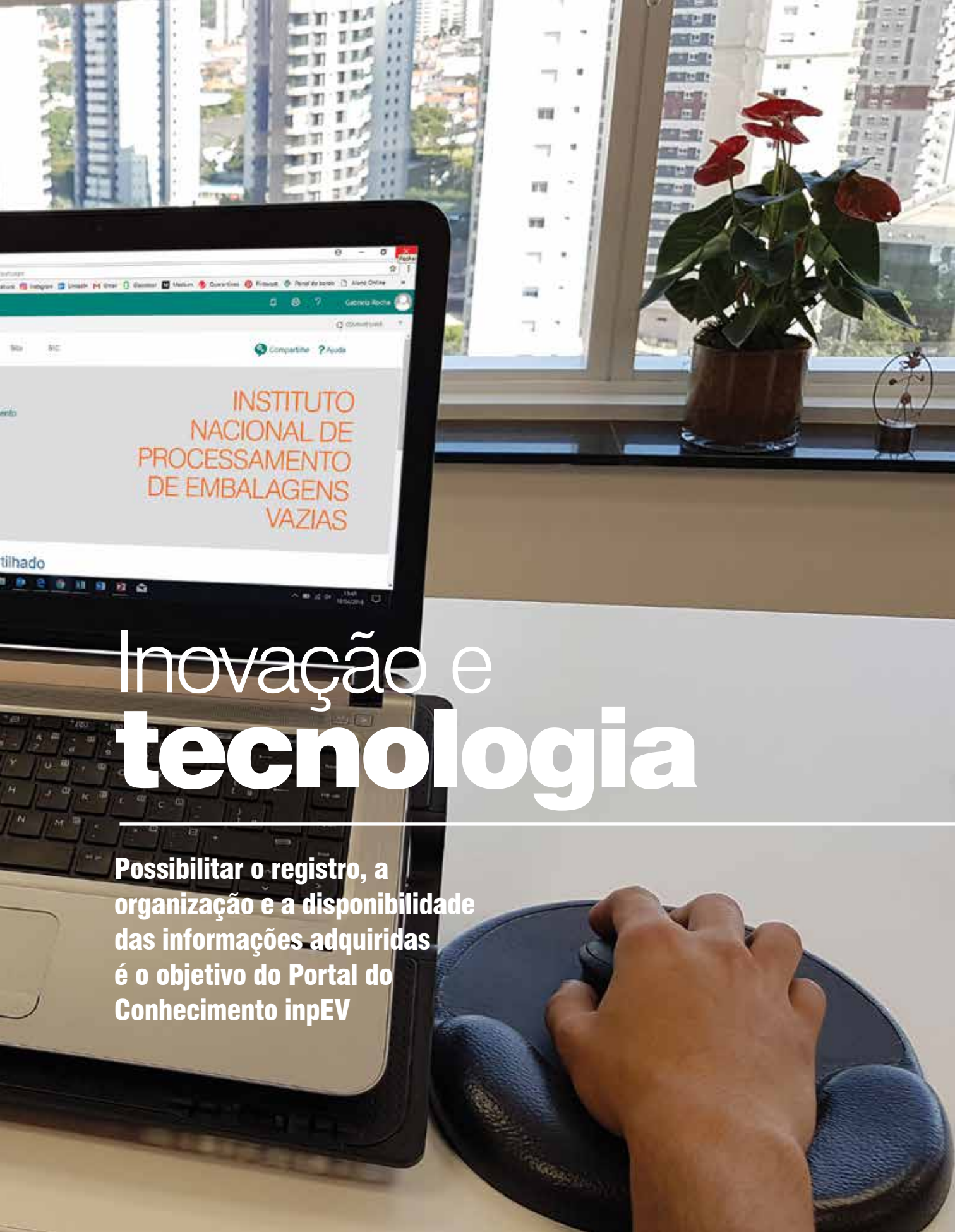


Consumo de água (em m³)





O registro das informações no Portal de Conhecimento inpev é uma boa prática em implementação em toda a organização.



INSTITUTO
NACIONAL DE
PROCESSAMENTO
DE EMBALAGENS
VAZIAS

Inovação e **tecnologia**

Possibilitar o registro, a organização e a disponibilidade das informações adquiridas é o objetivo do Portal do Conhecimento inPEV

A inovação faz parte do dia a dia do inpEV, desde que, para iniciar suas atividades, o Instituto teve que desenvolver um sistema de logística reversa para embalagens vazias de defensivos agrícolas inédito no Brasil.

Inovar significa definir estratégias e melhorar os processos, a fim de ganhar eficiência e ampliar a abrangência do Sistema Campo Limpo. Um exemplo é o recebimento itinerante, considerado estratégico para o funcionamento do Sistema. Em 2017, o SCL realizou 4,9 mil ações de recebimento itinerante, que se aproximaram dos produtores rurais com dificuldades para devolver as embalagens vazias

nos postos ou centrais. A iniciativa é uma maneira de atender diversos municípios onde a construção de uma unidade física não se justifica.

Para tanto, a associação organizadora do recebimento itinerante promove campanhas de comunicação, que avisam os agricultores da realização da atividade.

Aumentar a capilaridade do Sistema é uma das preocupações do inpEV, que vem estudando outras formas de recebimento. Exemplos de como o Instituto vem buscando inovar em suas operações estão descritos a seguir.

Projeto

Central do Futuro

A Enactus Brasil

Organização sem fins lucrativos que visa a estimular estudantes universitários a desenvolverem projetos para melhorar a qualidade e o padrão de vida de comunidades, ao mesmo tempo em que melhoram suas habilidades para se tornarem líderes do futuro, com uma visão responsável sobre negócios. Está presente em 36 países e congrega mais de 70,5 mil estudantes universitários e seus professores em mais de 1,7 mil *campi* universitários ao redor do mundo.

O inpEV firmou, em 2016, uma parceria com o Enactus Brasil para pensar os desafios dos próximos anos, em um horizonte de médio e longo prazo, com o objetivo de buscar inovações e ampliar a segurança e o atendimento das questões socioambientais. Em 2017, o projeto “Central do Futuro” foi analisado por oito times universitários da Enactus Brasil, desafiados a entregar uma proposta de unidade de recebimento de embalagens vazias inovadora, dentro dos padrões estabelecidos.

Os alunos da EEL/USP (Escola de Engenharia de Lorena-SP) e da UFES Alegre (Universidade Federal do Espírito Santo – campus Alegre-ES) foram os que se destacaram na apresentação de contribuições relevantes e conquistaram o prêmio durante o Evento Nacional Enactus Brasil 2017, no mês de julho, na cidade do Rio de Janeiro.

Inovação

na prensagem

O inpEV finalizou, em 2017, a implementação de uma prensa dupla na central de Rondonópolis, MS. O desenvolvimento desse equipamento teve como objetivo otimizar o processo efetuado por diversas prensas, de forma a conseguir uma execução com maior agilidade, redução de custos e menos uso de mão de obra.

A implementação começou em 2016 e foi finalizada dentro da meta. A central de Rondonópolis foi escolhida como piloto. Em 2018, o inpEV continuará trabalhando para aperfeiçoar o funcionamento do maquinário.

Portal

do Conhecimento inpEV

O inpEV desenvolveu, com lançamento no início de 2018, o Portal do Conhecimento inpEV. Em 2017, foram feitas entrevistas com os principais gestores, vídeos e análise de materiais já existentes para compor essa nova ferramenta.

Dessa forma, o inpEV está criando uma forma de registrar, organizar, disponibilizar e consultar de forma estruturada o conhecimento adquirido, para apoiar as tomadas de decisões e a continuidade das boas práticas adotadas pela organização. Também será uma forma de armazenar informações sobre o desenvolvimento da logística reversa no Brasil.



Desenvolvimento humano

GRI G4-10, G4-11

Ao fim de 2017, 85 colaboradores integravam a equipe do Instituto, um crescimento de 35% em relação ao ano anterior



Bruno da Silva Brito, Micheli Fernanda da Cruz Stauti e Deivid Junior dos Santos, colaboradores da central de Taubaté, SP, que atende os agricultores do Vale do Paraíba.

Em 2017, atuavam no inpEV 76 funcionários. Desse total, 34 eram mulheres e 51 homens. A maior parte deles trabalhava na região sudeste, o equivalente a 63%. Todos eles estavam abrangidos por acordos de negociação coletiva. Também faziam parte da equipe

nove terceiros, todos contratados na região sudeste. Entre eles havia seis mulheres e três homens. O total de colaboradores, entre funcionários e terceiros (85), foi 35% maior que o registrado em 2016 em virtude da incorporação das novas unidades de recebimento.

Colaboradores por região



Total de colaboradores por nível funcional e gênero

Nível funcional	Homens	Mulheres
Diretoria	1	0
Gerência	5	2
Chefia/Coordenação	10	7
Técnica/Supervisão	3	3
Administrativo	12	5
Operacional	21	2
Terceiros	3	6
Aprendizes	2	1
Estagiários	1	1
Total por gênero	58	27
Total	85	

Total de colaboradores por tipo de emprego e gênero

Tipo de emprego	Homens	Mulheres
Jornada integral	57	25
Meio período	1	2
Total	58	27
	85	

Total de colaboradores por região e gênero

Região	Homens	Mulheres
Sul	6	1
Sudeste	27	30
Centro-Oeste	10	3
Nordeste	1	0
Norte	7	0
Total	51	34
	85	

Diversidade

GRI **G4-HR2**

O respeito à diversidade está contemplado no Código de Conduta do inpEV. O inpEV não admite discriminação de qualquer natureza, seja por raça, religião, faixa etária, sexo, convicção política, nacionalidade, estado civil, orientação sexual, condição física etc. Em qualquer um dos processos internos, como recrutamento, seleção, promoção, avaliação de desempenho e capacitação, entre outros, os profissionais devem ser avaliados unicamente por suas condições de atender e se adequar às expectativas do cargo.

Realizações

em 2017

A mudança da sede administrativa, ocorrida em março (veja na pág. 11), trouxe a vantagem de otimização das áreas e maior integração entre os funcionários, que agora dividem um mesmo espaço.

Outra ação importante foi a internalização da folha de pagamento, anteriormente terceirizada. Foi implementado, em 2017, o HCM, módulo do ERP Totus, *software* de gestão utilizado pelo Instituto.

Mais um destaque do ano foi a execução, em parceria com a área de Operações, de projeto para aprimorar a

gestão de RH nas centrais gerenciadas por associações de revendas ou cooperativas. Foi desenvolvido um material didático com os temas prioritários nesse sentido, incluindo gestão de férias, horário, fornecimento de equipamento etc. A demanda por essa iniciativa era grande, devido à complexidade do tema. Os profissionais responsáveis foram inteirados do projeto nas reuniões realizadas com as centrais ao longo de 2017. Esse é um exemplo de como o inpEV atua na disseminação e orientação de boas práticas para as unidades de recebimento do Sistema que não estão sob sua gestão.

Jadilson Bezerra da Silva, operador da central de Rondonópolis, MT. A manutenção de um bom ambiente de trabalho, instalações adequadas e equipamentos de qualidade são preocupações constantes do inpEV.



Saúde e segurança

GRI G4-LA6

Quando o colaborador ingressa no inpEV, pode notar a preocupação do Instituto em manter um bom ambiente de trabalho, com instalações adequadas e equipamentos de qualidade. O Instituto oferece planos de saúde e odontológico e incentiva a realização de atividades físicas. Na sede, executa, ainda, iniciativas de qualidade de vida, como ginástica laboral e distribuição de frutas no escritório.

A segurança nas operações também está sempre em foco, visando reduzir o número de incidentes. Foram identificados os riscos das atividades de recebimento e

onde eles ocorrem em cada central, o que permite atuar preventivamente. Um exemplo foi a substituição das antigas facas para a retirada dos rótulos de embalagens pelos rebarbadores, que são mais eficientes e seguros. Todas as unidades do SCL já utilizam o instrumento.

Para ampliar esse olhar sobre as operações, em 2017, foi criado o cargo de Coordenador de Segurança, que está agregando conhecimento especializado à gestão. O objetivo é reforçar a atenção a esse tema nas centrais de gerenciamento próprio e orientar as demais unidades a adotarem as melhores práticas nesse sentido.

Taxas de saúde e segurança	2015			2016			2017		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Número de lesões	2	0	2	1	0	1	2	0	2
Taxa de lesões	25,79	0	15,29	3,79	0	3,79	22,50	0,00	12,20
Número de doenças ocupacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de doenças ocupacionais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Número de dias perdidos	22	6	28	150	22	172	10	0	10
Taxa de dias perdidos	286,66	112,71	214,08	569,18	83,33	652,51	112,50	0,00	61,20
Número de absenteísmo	27	7	34	12	9	21	0	0	0
Taxa de absenteísmo	2.826	1.052	2.104	45,45	34,09	79,54	0,00	0,00	0,00
Total de óbitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nota: as taxas são calculadas conforme o sistema de registro da Organização Internacional do Trabalho (OIT): número de lesões/doenças/dias/horas perdidas por HHT (horas homem trabalhadas, incluindo horas-extras) x 1.000.000.

Treinamento e desenvolvimento

GRI G4-LA9

Treinar e desenvolver os profissionais do inpEV é uma forma de mantê-los preparados para os desafios e de reter talentos. Em 2017, foram realizadas aproximadamente 1,2 mil horas de treinamento para os funcionários da sede, uma média de 15,34 horas por colaborador (considerando-se somente os próprios). Em 2016, essa média foi de 31,7 horas. Os funcionários das centrais próprias (45), por

sua vez, passaram por 627 horas de treinamento, ou 13,93 horas em média por colaborador.

Todo o quadro funcional do inpEV passa por avaliação de desempenho. Os contratos de trabalho estão atrelados a remuneração variável e alinhados aos objetivos estratégicos do Instituto. Os operadores das centrais gerenciadas pelo inpEV também recebem gratificação, de acordo com as metas da unidade.

Média de horas de treinamento na sede do inpEV, por categoria funcional

Categoria funcional	Número de funcionários	Número de horas	Média de horas de treinamento
Diretoria	1	4,00	4,00
Gerência	7	43,50	6,21
Coordenação	17	136,50	8,03
Supervisor	6	14,00	2,33
Administrativo	17	540,00	31,76
Operacional	23	12,00	0,52
Aprendiz	3	360,00	120,00
Estagiário	2	55,50	27,75
Total	76	1.165,50	15,34

Média de horas de treinamento na sede do inpEV, por gênero

Gênero	Número de funcionários	Número de horas	Média de horas de treinamento
Masculino	48	423,50	8,82
Feminino	28	742,00	26,50
Total	76	1.165,50	15,34

Média de horas de treinamento nas centrais de recebimento inpEV, por categoria funcional

Central inpEV	Categoria funcional	Número de funcionários	Número de horas	Média de horas de treinamento
Alto Parnaíba	Operacional	2	10,00	5,00
	Supervisor	1	6,00	6,00
Uruçuí	Operacional	5	9,00	1,80
	Administrativo	1	9,00	9,00
Boa Vista	Operacional	6	27,00	4,50
	Operacional Líder	1	27,00	27,00
	Supervisor	1	0,00	0,00
	Faxineiro	1	12,00	12,00
Taubaté	Operacional	1	32,00	32,00
	Supervisor	2	26,00	13,00
	Administrativo	2	195,30	97,65
Rondonópolis	Operacional	5	38,20	7,64
	Operacional Líder	1	45,10	45,10
	Supervisor	1	13,10	13,10
	Administrativo	1	21,10	21,10
	Aprendiz	1	13,10	13,10
	Faxineiro	1	12,10	12,10
Unaí	Operacional	7	43,00	6,14
	Operacional Líder	2	39,00	19,50
	Supervisor	1	10,00	10,00
	Analista	1	32,00	32,00
	Faxineiro	1	7,00	7,00
Total		45	627,00	13,93

Média de horas de treinamento nas centrais de recebimento inpEV, por gênero

Gênero	Número de funcionários	Número de horas	Média de horas de treinamento
Masculino	36	430,80	11,97
Feminino	9	196,20	21,80
Total	45	627	13,93

Nota: a partir do relatório de sustentabilidade de 2017 o reporte das horas de treinamento nas centrais geridas pelo inpEV será feito separadamente do reporte das horas de treinamento da sede, uma vez que há diferenças nos objetivos e na frequência.



Membros do poder público se unem aos demais elos da cadeia agrícola para celebrar o Dia Nacional do Campo Limpo 2017 e o encerramento do projeto de destinação final de agrotóxicos obsoletos em Taubaté, SP.

Diálogo e cooperação ***multistakeholder***

GRI G4-SO1

A conscientização é fundamental para que todos esses agentes ajam de acordo com as responsabilidades compartilhadas pré-determinadas pela legislação, garantindo o bom funcionamento do Sistema

O inpEV, como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo, também atua para conscientizar e educar os *stakeholders* sobre a importância da logística reversa. Por essa razão, desenvolve continuamente campanhas, eventos e até cursos gratuitos, com amplo alcance entre os públicos

envolvidos no processo. A conscientização é fundamental para que todos esses agentes ajam de acordo com as responsabilidades compartilhadas pré-determinadas pela legislação, garantindo o bom funcionamento do Sistema.

Parceria

com governos para a destinação de obsoletos

Foi encerrado em agosto de 2017 o projeto de destinação final de agrotóxicos obsoletos em São Paulo, executado pelo inpEV e a Secretaria da Agricultura, por meio da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Secretaria do Meio Ambiente (Cetesb), do Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (representado pela Cetesb), da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav), da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) e da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). Os agrotóxicos obsoletos são aqueles proibidos por lei desde 1985 em todo o território nacional, pela Portaria do Ministério

da Agricultura nº 329. A ação contou com a adesão de 327 produtores rurais, que declararam a existência de agrotóxicos banidos estocados em suas propriedades. A comemoração do encerramento do projeto ocorreu durante a celebração do Dia Nacional do Campo Limpo, em Taubaté, em 18 de agosto (*veja na pág. 62*). Ao todo, foram incineradas 292 toneladas do material¹.

O projeto teve início em 2009, após a publicação da Resolução Conjunta SMA/SAA N°002, que deu origem ao grupo de trabalho multidisciplinar de destinação final de agrotóxicos banidos. A função do grupo foi buscar soluções para o problema gerado aos agricultores pelo banimento dos produtos. Após a etapa de planejamento, o recolhimento e

a disposição final dos obsoletos começaram em 2015. A CDA foi responsável pela aquisição de embalagens para o acondicionamento e custeio da incineração dos produtos. À Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) coube obter as licenças ambientais de transporte e incineração, enquanto o inpEV promoveu o recolhimento, o acondicionamento especializado e o transporte até a disposição final. Além disso, os técnicos da CDA e da Cati acompanharam toda a etapa de recolhimento junto às propriedades rurais.

PARANÁ

Em maio de 2017, o estado do Paraná concluiu a segunda etapa do projeto de destinação de agrotóxicos

banidos, em especial o BHC. Nessa etapa, foram corretamente destinadas 224,5 toneladas do material, das quais 120 toneladas tiveram a incineração custeada pelo inpEV. A iniciativa foi executada por meio do Instituto das Águas do Paraná (Aguasparana), do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), com a participação da iniciativa privada por meio do inpEV, da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Somadas, esta e a etapa anterior, realizada entre 2012 e 2013, contabilizaram a eliminação de mais de 1,4 mil toneladas de agrotóxicos banidos no Paraná, provenientes de aproximadamente 2,4 mil propriedades.

Termos de Compromissos Estaduais

Além do Termo de Compromisso assinado em 2017 com o estado do Ceará (*pág. 24*), há dois outros termos em vigor:

a) Termo de Compromisso para a responsabilidade pós-consumo de embalagens de agrotóxicos no estado do Paraná: assinado entre a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Instituto Ambiental do Paraná, a Associação Nacional de Distribuidores de Insumos Agrícolas e

Veterinários (Andav) e o inpEV. Firmado em 2012, foi renovado em 2017 por mais quatro anos;
b) Termo de Compromisso para a logística reversa de embalagens de agrotóxicos no estado de São Paulo: assinado entre a Secretaria do Meio Ambiente, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a Associação Nacional de Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) e o inpEV. Firmado no final de 2015, está vigente até 2020.

230.000 alunos do 4º e 5º ano em todo o Brasil participaram de atividades educativas por meio do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo.

GUARDIÕES DO PLANETA

21
edição



Educação e conscientização

GRI G4-SO1

Investimento contínuo do
inpEV para o desenvolvimento
das futuras gerações



Alguns exemplos de ações realizadas pelo Programa de Educação Ambiental Campo Limpo:

- Realização de atividades educativas em escolas, clubes, associações, etc.
- Desenvolvimento de projetos de educação ambiental em comunidades carentes.
- Realização de eventos educativos, como exposições, palestras, etc.
- Realização de atividades educativas em empresas, etc.

Programa de Educação Ambiental Campo Limpo



Programa de Educação Ambiental Campo Limpo

inpEV

DIA NACIONAL DO CAMPO LIMPO

Todos os anos, em 18 de agosto, os resultados do Sistema são celebrados durante o Dia Nacional do Campo Limpo. As comemorações, que são organizadas pelas centrais de recebimento com apoio do inpEV, de canais de distribuição e de organizações públicas e privadas, também servem para chamar a atenção para a importância da conservação do meio ambiente.

Em 2017, a abertura oficial ocorreu na Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, em Taubaté (SP), com as presenças de representantes do governo estadual, entidades da área agrícola e funcionários do inpEV. A solenidade marcou também o encerramento do Projeto de Destinação Final de Agrotóxicos Obsoletos no estado de São Paulo (*saiba mais na pág. 58*). Participaram, aproximadamente, 70 mil pessoas. A mobilização teve cobertura ao vivo pelo Canal Terra Viva.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CAMPO LIMPO

O Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA), criado pelo inpEV em parceria com as centrais de recebimento, apoia as instituições de ensino na complementação da grade curricular de alunos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental com tópicos relacionados ao meio ambiente.

“Responsabilidade Compartilhada: a escola no desafio dos resíduos” foi o tema dos materiais didáticos especialmente desenvolvidos para o programa em 2017, que envolveu 2.380 escolas e mais de 228 mil alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, mobilizados por 104 centrais de 22 estados.

O PEA atua nas escolas do entorno das centrais, fomentando a conscientização ambiental. Todo o trabalho está alinhado às recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), do Ministério da Educação.

Programa de Educação Ambiental Campo Limpo	2015	2016	2017
Municípios envolvidos	274	274	294
Centrais	102	100	104
Escolas	1.872	2.060	2.380
Salas de aula	7.299	8.360	9.743
Alunos engajados	189.060	210.428	228.962

AGROPEA

Desde 2016, o Instituto também promove o agro-PEA, voltado aos estudantes de graduação de cursos de agronomia, engenharia agrônômica e zootecnia, bem como alunos de cursos técnicos nas áreas de atuação do Sistema Campo Limpo. O programa engloba palestras padronizadas, distribuição de materiais e o curso de educação a distância (EAD) Sistema Campo Limpo.

Em 2017, 47 instituições de ensino de todo Brasil participaram do programa, envolvendo mais de 3.800 alunos.

ENSINO A DISTÂNCIA

O inpEV oferece gratuitamente, em seu site, o curso de Educação a Distância Sistema Campo Limpo, com informações sobre a legislação que regula o descarte de embalagens vazias dos defensivos agrícolas, as responsabilidades de cada um dos elos envolvidos, o trabalho realizado nas unidades de recebimento e o destino final adequado (reciclagem ou incineração). Os alunos que finalizam o curso podem imprimir um certificado de participação.

O EAD foi disponibilizado em 2007 na versão web e reformulado em 2015. Desde então, foi acessado por alunos dos 26 estados do Brasil, entre eles agricultores, universitários, fiscais da área agrícola, funcionários das associadas, empresários, comerciantes e distribuidores, entre outros.





Fardos de embalagens vazias de defensivos agrícolas deixam a central de Rondonópolis, MT, com destino à reciclagem.



Logística

GRI G4-EN25, G4-EN30

O inpEV adota em sua logística de transporte práticas que contribuem com o meio ambiente e reduzem custos



Durante 2017, o Sistema Campo Limpo movimentou 12.342 caminhões de embalagens de defensivos agrícolas

O Sistema Campo Limpo adota o frete de retorno. O mesmo veículo que entrega os defensivos agrícolas do fabricante para produtores, distribuidores e cooperativas, transporta as embalagens vazias das unidades de recebimento para os recicladores e incineradores. Além das vantagens ambientais, esse tipo de frete reduz custos em aproximadamente 45%, pois remunera apenas o frete para o destino. Adicionalmente, reduz a quantidade de veículos trafegando, emitindo menos poluentes ao aproveitar o retorno do caminhão ao seu local de origem.

Contribui, ainda, para a redução dos riscos, uma vez que os motoristas de caminhões aptos a transportar as embalagens cheias são mais especializados.

Os materiais considerados resíduos perigosos transportados pelo Sistema são as embalagens não-laváveis, as que não foram corretamente lavadas pelos agricultores e as sobras pós-consumo. O processo de movimentação desses itens é padronizado, em conformidade com a legislação vigente.





O frete de retorno contribui para a redução dos custos da Logística.



Viabilidade econômica

GRI G4-9, G4-EC1

**A gestão do inpEV está focada na
redução dos custos e aumento da eficiência**

A Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. foi idealizada pelo inpEV em 2008 e hoje é uma das empresas recicladoras parceiras do Sistema Campo Limpo.



Criado pela indústria do setor agroquímico para cumprir a responsabilidade da destinação ambientalmente correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas, o inpEV tem como principal fonte de financiamento as contribuições das empresas associadas. Também compõem a receita as taxas de credenciamento dos recicladores parceiros do Sistema Campo Limpo, o ingresso para custeio das unidades de recebimento e o arrendamento da Campo Limpo Transformação de Plásticos S.A.

A gestão está focada na redução dos custos e aumento da eficiência, ao mesmo tempo em que busca capturar valor a partir da cadeia gerenciada pelo instituto e da expansão da sua área de atuação. Agregar valor à reciclagem é uma forma para capturar valor e revertê-lo para mitigar os custos do Sistema. Desde 2008, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, e mais recentemente em 2015 a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas, atuam como recicladoras do Sistema Campo Limpo, fabricando e comercializando novas embalagens de defensivos agrícolas a partir do plástico reciclado proveniente do Sistema.

Desempenho econômico financeiro

	2015	2016	2017
Ativo total (R\$ milhões)	101,6	96,0	101,1
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) acumulados desde 2002 (R\$ milhões)	910	1.006	1.129
Receita Líquida das Atividades (R\$ milhões)	115,6	116,0	126,5
Contribuições de associados (R\$ milhões)	61	61	67
Taxa de credenciamento ¹ (R\$ milhões)	13	12	14
Arrendamento Campo Limpo ² (R\$ milhões)	6	7	7
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	77	79	84
Dívida Líquida ³ (R\$ milhões)	1	1	2

Nota:

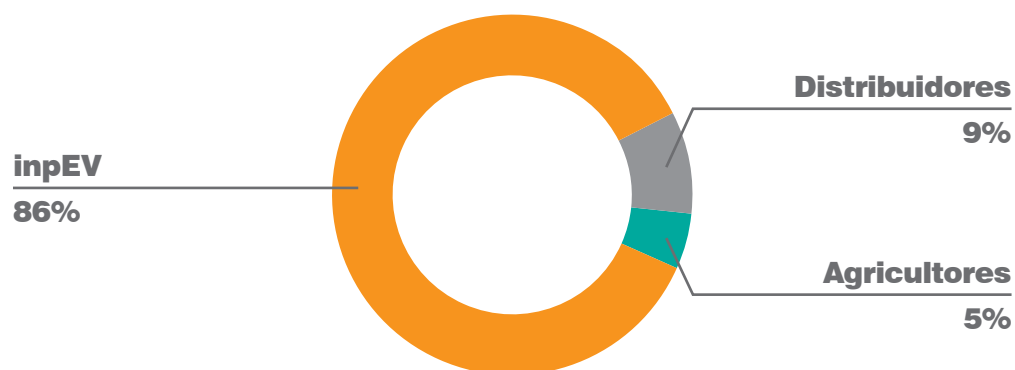
1. Pago pelos recicladores pela remessa de embalagens e pela cooperação técnica com o inpEV.

2. Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos ao inpEV.

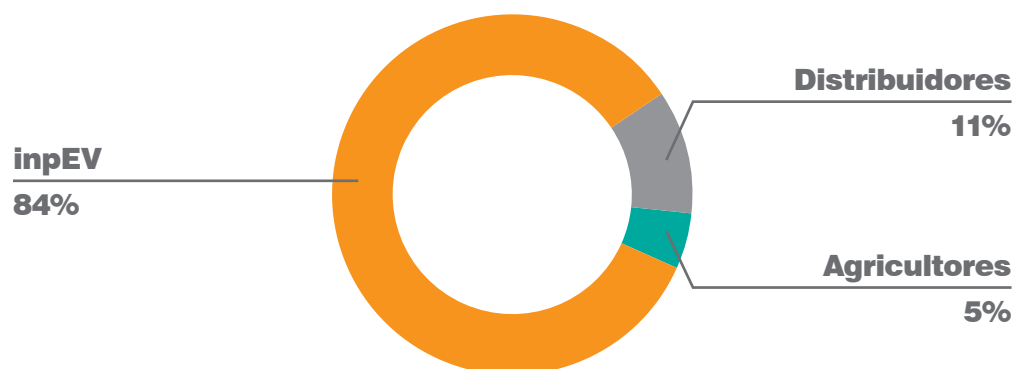
3. Consideradas somente obrigações com fornecedores, excluindo-se obrigações com centrais e postos.

Investimentos no Sistema Campo Limpo

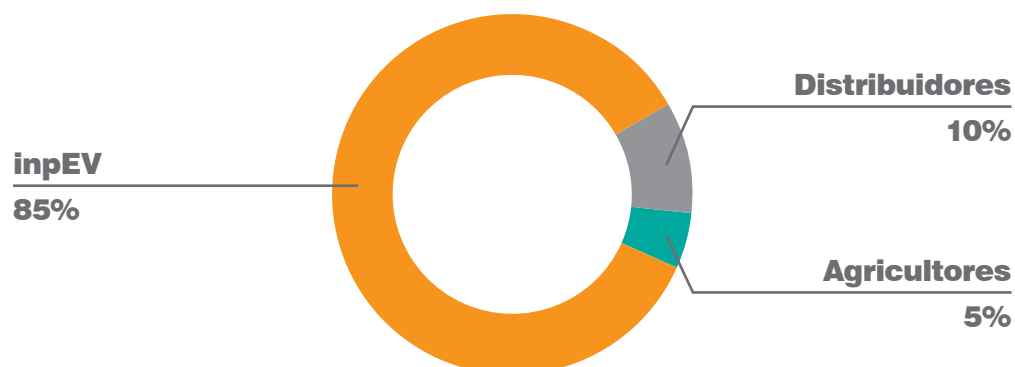
2017



2016



2015



Matriz de materialidade

GRI G4-18, G4-19, G4-20, G4-21, G4-24, G4-25, G4-26, G4-27

A matriz de materialidade indica os temas que são relevantes tanto para os *stakeholders* (públicos de relacionamento) quanto para a alta gestão de uma organização. Enquanto os primeiros refletem a percepção externa dessa entidade, a alta gestão expressa a sua realidade cotidiana. A matriz de materialidade, portanto, traz um cruzamento de ambas as concepções.

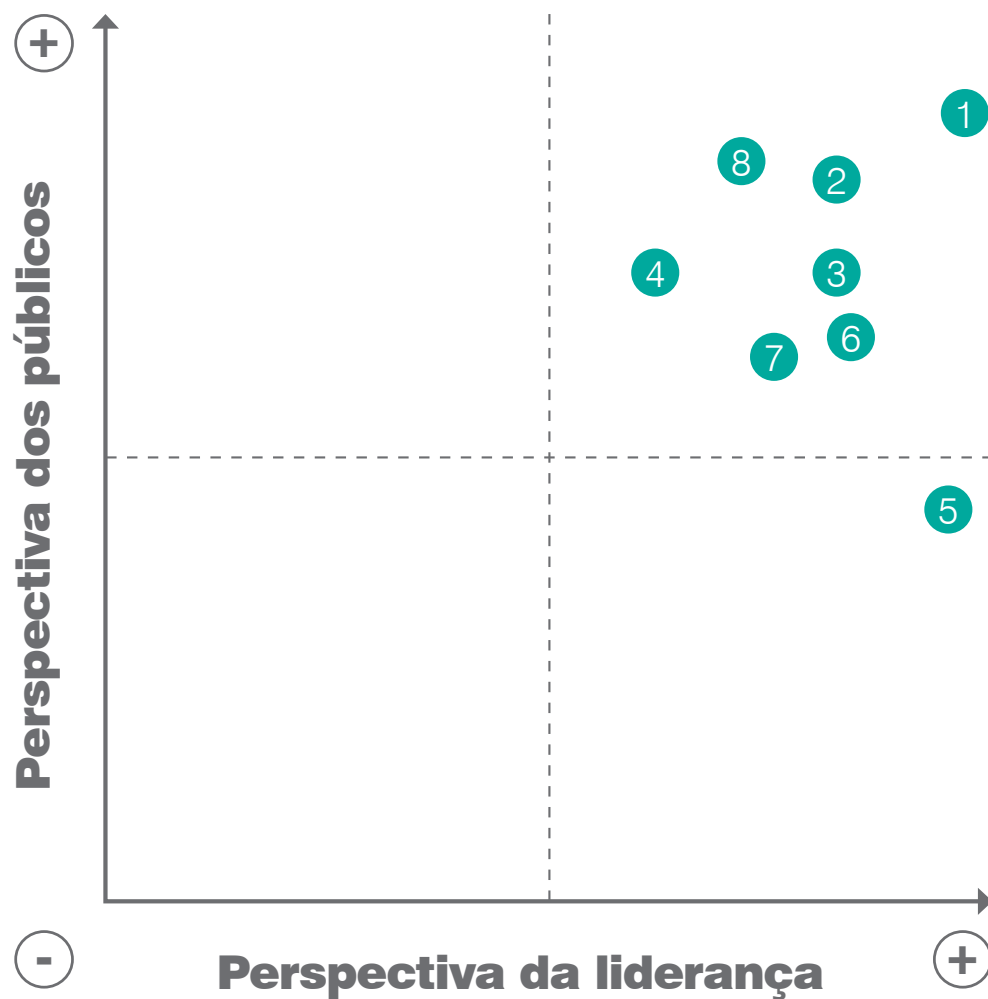
A matriz do inpEV apresenta oito temas materiais, ou seja, relevantes para todos os públicos de relacionamento do Instituto. Para defini-la, foi adotado um processo dividido nas etapas de identificação, priorização e validação estratégica.

Os *stakeholders* consultados pelo inpEV nesse processo foram o diretor-presidente, os gestores do Instituto, especialistas externos, funcionários e associados.

Temas materiais

- 1 Educação e conscientização
- 2 Expansão das operações
- 3 Ecoeficiência operacional
- 4 Logística
- 5 Viabilidade econômica
- 6 Diálogo e cooperação *multistakeholder*
- 7 Desenvolvimento humano
- 8 Inovação e tecnologia

Matriz de materialidade do inpEV



Sumário

de conteúdo da GRI G4

GRI G4-32

Indicador	Descrição	Observações	Página do relatório	Verificação externa
CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS				
ESTRATÉGIA E ANÁLISE				
G4-1	Mensagem do presidente		4	Não
G4-2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades		4	Não
PERFIL ORGANIZACIONAL				
G4-3	Nome da organização		9	Não
G4-4	Principais marcas, produtos e/ou serviços		9	Não
G4-5	Localização da sede da organização		11	Não
G4-6	países em que a organização opera e onde suas principais operações estão localizadas		9	Não
G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização		9	Não
G4-8	Relate os mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores cobertos e tipos de clientes e beneficiários)		9	Não
G4-9	Porte da organização		11, 68	Não
G4-10	Perfil dos empregados		48	Não
G4-11	Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva		48	Não
G4-12	Descreva a cadeia de fornecedores da organização		30	Não
G4-13	Principais mudanças referentes a porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores	Em março de 2017, a sede do inpEV, em São Paulo, mudou de endereço. O escritório, que antes ficava no bairro de Pinheiros, mudou-se para a região do Brooklin, na Avenida Roque Petroni Júnior, 850.		Não
G4-14	Relate se, e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	O inpEV não adota diretamente o princípio da precaução, mas gerencia os riscos de suas atividades.		Não

Indicador	Descrição	Observações	Página do relatório	Verificação externa
G4-15	Liste as cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa		40	Não
G4-16	Liste a participação em associações (por exemplo, associações setoriais) e organizações nacionais ou internacionais		10	Não
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES				
G4-17	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização	Além do inpEV, estão incluídas nas demonstrações financeiras as seis centrais de recebimento sob gestão do Instituto: • Boa Vista do Incra, RS; • Taubaté, SP; • Unaí, MG; • Rondonópolis, MT; • Alto Parnaíba, MA; • Uruçuí, PI.		Não
G4-18	Processo para definição do conteúdo do relatório e limite do relatório		72	Não
G4-19	Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório		72	Não
G4-20	Limite do aspecto dentro da organização		72	Não
G4-21	Limite do aspecto fora da organização		72	Não
G4-22	Efeitos de reformulações anteriores de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações	Não houve reformulações decorrentes de aquisições, período/ano-base e métodos de medição, tampouco na natureza do Instituto. Caso existam reformulações de outras naturezas, elas estarão indicadas em notas, junto aos indicadores.		Não
G4-23	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em escopo e limites de aspecto	Eventuais alterações significativas estão indicadas em notas junto aos indicadores às quais se referem.		Não
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS				
G4-24	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização		72	Não
G4-25	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento		72	Não
G4-26	Abordagem adotada pela organização para envolver os <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência de seu engajamento discriminada por tipo e por grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório		72	Não

Indicador	Descrição	Observações	Página do relatório	Verificação externa
G4-27	Principais tópicos e preocupações levantados durante o engajamento dos <i>stakeholders</i> e medidas adotadas para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatá-los. Relato dos grupos de <i>stakeholders</i> que levantam cada uma das questões e preocupações mencionadas		72	Não
PERFIL DO RELATÓRIO				
G4-28	Período coberto pelo relatório		2	Não
G4-29	Data do relatório anterior mais recente		2	Não
G4-30	Ciclo de emissão de relatórios		2	Não
G4-31	Dados para contato		2	Não
G4-32	Relate a opção “de acordo” escolhida pela organização. Relate o Sumário de Conteúdo da GRI para a opção escolhida. Apresente a referência ao Relatório de Verificação Externa, caso o relatório tenha sido submetido a essa verificação		2	Não
G4-33	Relate a política e a prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	Esse relatório não foi submetido a verificação externa por terceira parte (auditoria externa). Foi, contudo, apresentado à Assembleia Geral de Associados e ao Conselho Diretor, formado pelo diretor-presidente do inpEV e por 13 membros titulares – representantes de empresas fabricantes eleitos em Assembleia e representantes de entidades do setor.		Não
GOVERNANÇA				
G4-34	Relate a estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identifique todos os comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais		14	Não
ÉTICA E INTEGRIDADE				
G4-56	Descreva os valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	O inpEV não possui uma posição de nível executivo ou cargos com responsabilidade pelos valores, princípios, normas e padrões de comportamento adotados pela organização.	8, 18	Não
CATEGORIA: ECONÔMICA				
G4-DMA	Abordagem de gestão		Capítulo: Viabilidade econômica	

Indicador	Descrição	Observações	Página do relatório	Verificação externa
DESEMPENHO ECONÔMICO				
G4-EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos		68	Não
G4-EC4	Assistência financeira recebida do governo	O inpEV não recebe ajuda financeira de governos, nem repasses de agências de crédito.		Não
CATEGORIA: AMBIENTAL				
G4-DMA	Abordagem de gestão		Capítulo: Ecoeficiência operacional e Logística	
ENERGIA				
G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização		43	Não
ÁGUA				
G4-EN8	Total de retirada de água por fonte		43	Não
EMISSIONES				
G4-EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa		42	Não
EFLUENTES E RESÍDUOS				
G4-EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição		34	Não
G4-EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia 2, anexos i, ii, iii e viii, e percentual de carregamentos de resíduos transportados Internacionalmente	O inpEV não exporta e nem importa resíduos perigosos.	65	Não
PRODUTOS E SERVIÇOS				
G4-EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços		40	Não
G4-EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos		40	Não
CONFORMIDADE				
G4-EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais		40	Não

Indicador	Descrição	Observações	Página do relatório	Verificação externa
TRANSPORTES				
G4-EN30	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados		40	Não
GERAL				
G4-EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo		43	Não
MECANISMOS DE QUEIXA E RECLAMAÇÕES RELATIVAS A IMPACTOS AMBIENTAIS				
G4-EN34	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal		40	Não
CATEGORIA: SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE				
G4-DMA	Abordagem de gestão		Capítulo: Desenvolvimento humano	
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO				
G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero		53	Não
TREINAMENTO E EDUCAÇÃO				
G4-LA9	Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional		51	Não
CATEGORIA: SOCIAL - DIREITOS HUMANOS				
G4-DMA	Abordagem de gestão		Capítulo: Desenvolvimento humano	
INVESTIMENTOS				
G4-HR2	Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a Aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados		51	Não

Indicador	Descrição	Observações	Página do relatório	Verificação externa
CATEGORIA: SOCIAL – SOCIEDADE				
G4-DMA	Abordagem de gestão		Capítulo: Diálogo e cooperação <i>multistakeholder</i> , Educação e conscientização, Governança corporativa	
COMUNIDADES LOCAIS				
G4-SO1	Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local		57	Não
COMBATE À CORRUPÇÃO				
G4-SO4	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção		18, 19	Não
CONFORMIDADE				
G4-SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos	Não houve imposição de multas ou sanções não monetárias ao inpEV ou às suas filiais em razão da não conformidade com as leis e regulamentos.		Não
MECANISMOS DE QUEIXA E RECLAMAÇÕES RELATIVAS A IMPACTOS NA SOCIEDADE				
G4-SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	Em 2017 foram reportadas quatro queixas sobre impactos na sociedade. Todas elas foram processadas e resolvidas. O reporte foi feito via formulário do Fale Conosco no site e pelo telefone do inpEV.		Não
CATEGORIA: SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO				
G4-DMA	Abordagem de gestão		Capítulo: Segurança e melhor contínua no SCL	
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE				
G4-PR1	Percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias		33	Não
CONFORMIDADE				
G4-PR9	Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Não houve imposição de multas ao inpEV ou às suas filiais em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.		Não



Anexos



Como se associar ao inpEV

Podem se associar ao inpEV as indústrias fabricantes, registrantes ou importadoras de produtos agrotóxicos e afins devidamente registrados pela Lei Federal 7802/89, desde que, no ato de afiliação, (a) fabriquem (direta ou indiretamente via contrato de “*tolling*”), formulem ou importem pelo menos um produto agrotóxico já comercializado no mercado brasileiro; e (b) sejam os titulares dos direitos de fabricação, formulação ou importação relativos ao registro do referido produto perante o órgão competente.

A empresa deve entrar em contato com o inpEV via e-mail ou telefone para receber as informações necessárias para realizar uma reunião presencial. Nessa reunião serão explicados o sistema de logística reversa, os procedimentos de afiliação ao inpEV, seus processos internos e custos.

A proposta de associação é apresentada ao Conselho Diretor mensalmente para aprovação final.

Associadas inpEV

EMPRESAS ASSOCIADAS

Adama Brasil S/A

ADM do Brasil Ltda.

EMPRESAS ASSOCIADAS

AGRIVALLE Brasil Indústria e Comércio

AGROCETE INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA

EMPRESAS ASSOCIADAS

AGROFRESH BRASIL LTDA

AGROVANT Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.

ALAMOS DO BRASIL LTDA

ALLIERBRASIL Agronomia Ltda.

ALTA - América Latina Tecnologia Agrícola Ltda

AMERIBRÁS Indústria e Comércio Ltda.

AMVAC do Brasil Representações Ltda.

ANASAC BRASIL Comércio e Locação de Máquinas Ltda.

Andermatt do Brasil Soluções Biológicas

ARYSTA LIFESCIENCE do Brasil Indústria Química e Agropecuária S/A

ALBAUGH Agro Brasil Ltda

NITRAL Urbana

ATTA-KILL Ind. E Com. de Def. Agric. Ltda.

AVGUST CROP PROTECTION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Ballagro Agro Tecnologia Ltda

BAYER S/A

Bequisa Indústria Química do Brasil Ltda

BIO CONTROLE Métodos de Controle de Pragas Ltda.

BIOCONTROL Sistema de Controle Biológico Ltda

BIOTECH Controle Biológico Ltda.

BIOVALENS Ltda

BRA Defensivos Agrícolas Ltda.

CCAB Agro S/A

EMPRESAS ASSOCIADAS

CHEMOTÉCNICA do Brasil Ltda.

COPALLIANCE - Cooperativa de Consumo de Produtos Agropecuários, Importação, Exportação e Comércio Ltda

CROPCHEM Ltda.

CROSS LINK Consultoria e Comércio Ltda.

DALNEEM Brasil Com. de Prod. Agropecuários Ltda.

DE SANGOSSE LA LTDA.

Degesch do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

DINAGRO Agropecuária Ltda.

DOW AGROSCIENCES Industrial Ltda.

DU PONT do Brasil S/A

EVONIK Degussa Brasil Ltda.

FÊNIX Agro Pecuária Industrial Ltda.

FMC Química do Brasil Ltda.

FORQUÍMICA Agrociencia Ltda

HELM do Brasil Mercantil Ltda.

IHARABRÁS S/A Indústrias Químicas

INDÚSTRIA QUÍMICA DIPIL LTDA

INQUIMA LTDA

IRRIGAÇÕES Dias Cruz Ltda.(KEEP DRY)

ISAGRO BRASIL Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda.

ISCA Tecnologias Ltda.

KOPPERT DO BRASIL HOLDING LTDA

Laboratório de Biocontrole Farroupilha Ltda

EMPRESAS ASSOCIADAS

Landevo Quimica do Brasil Ltda

LUXEMBOURG BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

Macdermid Agricultural Solutions Comércio de Produtos Agrícolas Ltda

MACROSEEDS Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda

MASTERBOR Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda

MICROQUÍMICA Indústrias Químicas Ltda.

MICROSAL Indústria e Comércio Ltda.

MITSUI & CO (Brasil) S/A

Momentive Performance Materials Indústria de Silicones Ltda. (Ex GE OSI)

MONSANTO do Brasil Ltda.

MORSOLETTO Santos e Vicente Cano Ltda

Nichino do Brasil Agroquímicos Ltda

NORTOX S/A

NOVOZYMES BIOAG PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA

NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A

OURO FINO QUÍMICA LTDA

OXIQUÍMICA Agrociência Ltda.

OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA

PACKBLEND INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES

EMPRESAS ASSOCIADAS

PB Brasil Ind. E Comércio de Gelatinas Ltda

PETROBRÁS Distribuidora S/A.

PILARQUIM BR Comercial Ltda.

PLATO do Brasil Comércio Ltda.

POLAND Química Ltda.

PRENTISS Química Ltda.

PROMIP Manejo Integrado de Pragas Ltda

PROPHYTO Comércio e Serviços Ltda.

PROREGISTROS Registros de Produtos Ltda

Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda

PRTrade Tecnologia e Indústria Química e Farmacêutica Ltda.

RAINBOW Defensivos Agrícolas Ltda

RIZOFLORA Biotecnologia Ltda

ROTAM DO BRASIL Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.

SABERO Organics América S/A

SABERO Organics América S/A

SHARDA DO BRASIL Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda

SIMBIOSE Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda.

SINON do Brasil Ltda.

SIPCAM NICHINO BRASIL S.A

Stockton - Agrimor do Brasil

STOLLER do Brasil Ltda.

EMPRESAS ASSOCIADAS

SUMITOMO Chemical do Brasil Representações Ltda.

SYNGENTA Proteção de Cultivos S/A

TAGROS Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda

TAMINCO do Brasil Produtos Químicos Ltda.

TECNOMYL BRASIL Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda

TERRA NOSSA Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Fertilizantes Ltda

TRADECORP do Brasil Com.de Insumos Agrícolas Ltda

TUNDRA Agroindustrial Ltda.

EMPRESAS ASSOCIADAS

TZ Biotec Ltda

UNIBRÁS Agroquímica Ltda

UNION Agro Ltda.

UNITED PHOSPHORUS DO BRASIL LTDA.

UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S/A

VectorControl Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda

Vittia Fertilizantes e Biológicos Ltda.

W. NEUDORFF Serviços de Agricultura do Brasil Ltda.

AGECOM Produtos de Petróleo Ltda.

Recicladores

e incineradores parceiros

RECICLADORES

Razão Social	Cidade	Estado
PLASTIBRÁS Indústria e Comércio Ltda.	Cuiabá	MT
CIMFLEX Ind. e Comércio de Plásticos Ltda	Maringá	PR
VALPASA Indústria de Papel Ltda	Tangará	SC
VASITEX Vasilhames Ltda.	Guarulhos	
DINOPLAST Indústria e Comércio de Plásticos Ltda	Louveira	
ECO PAPER Produtos em Papel Ltda	Pindamonhangaba	
GLOBAL STEEL Transporte e Comércio de Ferro e Aço Eireli.	Piracicaba	SP
CAMPO LIMPO Tampas e Resinas Plásticas Ltda	Taubaté	
CAMPO LIMPO Reciclagem e Transformação de Plástico S.A.	Taubaté	
TUBOLIX Embalagens Ltda.	Tietê	
NOVOFLEX Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda.	Várzea Paulista	

INCINERADORES

Incineradores	Cidade	Estado
ECOVITAL Central de Gerenciamento Ambiental S.A.	Sarzedo	MG
NEOTECH Soluções Ambientais LTDA	Uberaba	
Clariant S.A.	Suzano	SP
ESSENCIS Soluções Ambientais S.A.	Taboão da Serra	

Demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Associados e Administradores
Instituto Nacional de Processamento de
Embalagens Vazias - inpEV

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades,

em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Balanco patrimonial em 31 de dezembro – Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	39.384	34.012	Fornecedores	1.665	1.133
Contas a receber (Nota 7)	7.903	5.814	Contas a pagar às centrais e postos (Nota 12)	2.105	6.591
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	6.264	8.924	Excedente de centrais (Nota 13)	2.600	2.292
Despesas do exercício seguinte	111	86	Salários e encargos sociais	3.017	2.481
			Tributos a pagar	344	331
	53.662	48.836	Provisão para contingências (Nota 14)	48	53
			Adiantamentos de associadas (Nota 15)	6.536	4.402
Não circulante					
Realizável a longo prazo				16.315	17.283
Caução aluguel (Nota 9)	77	137			
Imobilizado (Nota 10)	46.928	46.646	Não circulante		
Intangível (Nota 11)	393	407	Provisão para contingências (Nota 14)	287	158
	47.398	47.190	Total do passivo	16.602	17.441
			Patrimônio líquido (Nota 16)		
			Patrimônio social	84.458	78.585
Total do ativo	101.060	96.026	Total do passivo e patrimônio líquido	101.060	96.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais

	2017	2016
Receita líquida das atividades (Nota 17)	126.547	115.976
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 22)	(123.617)	(118.521)
Outras (perdas) ganhos, líquidos	83	(36)
Provisão para créditos de realização duvidosa, líquido das reversões (Nota 7 e Nota 22)	(5)	98
	(123.539)	(118.459)
Superávit (déficit) operacional	3.008	(2.483)
Despesas financeiras (Nota 23)	(816)	(1.019)
Receitas financeiras (Nota 23)	2.768	4.090
Receitas financeiras líquidas	1.952	3.071
Superávit do exercício	4.960	588

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – Em milhares de reais

	Patrimônio social	Reserva de novos associados	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2016	77.145			77.145
Superávit do exercício			588	588
Afiliações de novos associados (Nota 16)		852		852
Destinação do superávit do exercício	588		(588)	
Em 31 de dezembro de 2016	77.733	852		78.585
Déficit do exercício			4.960	4.960
Afiliações de novos associados (Nota 16)		913		913
Destinação do superávit do exercício	4.960		(4.960)	
Em 31 de dezembro de 2017	82.693	1.765		84.458

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	4.960	588
Ajustes		
Depreciação e amortização	7.284	6.943
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	50	163
Provisão para contingências líquidas	1.935	1.822
Reversão da provisão para créditos de realização duvidosa	5	(98)
	14.234	9.418
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.094)	(650)
Adiantamentos concedidos	2.660	(2.603)
Despesas do exercício seguinte	(25)	90
Depósitos judiciais	(1.811)	(2.196)
Caução aluguel	60	(76)
Fornecedores	532	(94)
Contas a pagar às centrais e postos	(4.486)	2.563
Excedente de centrais	308	369
Salários e encargos sociais	536	66
Tributos a pagar	13	37
Adiantamento de associadas	2.134	(9.541)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	12.062	(2.617)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(7.603)	(3.135)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.603)	(3.135)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contribuições de novas afiliações	913	852
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	913	852
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.372	(4.900)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.012	38.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.384	34.012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (“inpEV” ou “Instituto”), com sede em São Paulo, foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei no 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda (como é o caso do Instituto) e da contribuição social. Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em 31 de dezembro 2017, o Instituto apresentava 108 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2016 - 103 empresas associadas).

1.1. Descrição do modelo de negócio

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas unidades de recebimento de embalagens vazias - UREs (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelas centrais sob a responsabilidade do Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento, correspondente a (i) transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs. Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressar-

cir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto, é transferido às associações de vendas, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação periódica de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de venda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos

Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de vendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento dos recicladores foram utilizados para a expansão do conjunto de ativos de propriedade do Instituto e arrendada para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limp0 S.A") e cujos acionistas são os associados do inpEV (Nota 1.4), na cidade de Taubaté - estado de São Paulo.

(d) Excedente de centrais

O resultado financeiro decorrente da operação de remessa de embalagens vazias realizada pelas centrais

de recebimento, para os recicladores, excluído os custos compartilhados entre o Instituto e as associações de vendas são, em geral, deficitários. Entretanto, devido à otimização dos processos operacionais e maior movimentação de embalagens vazias, pode resultar em um resultado financeiro superavitário em um determinado mês ou, após compensação dos déficits, resultar em um saldo final superavitário, o qual é tratado contabilmente pelo Instituto como "excedente de centrais". Como os recursos financeiros estão sob a gestão do Instituto, os saldos de excedente de centrais são controlados em conta corrente específica e discriminados individualmente por central.

Conforme preveem os convênios com as associações de vendas e o Instituto, a central que possuir saldo excedente terá, mediante comum acordo com o Instituto, direito a utilização do mesmo desde que respeitada a seguinte ordem:

- 1º Melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) na própria Unidade de Recebimento;
- 2º Construção de postos e melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) nos postos gerenciados pela associação de revendedores;
- 3º Melhorias nas Unidades de Recebimento (centrais) que fazem parte do sistema de destinação de embalagens na mesma unidade da federação;
- 4º Melhorias nos Postos de Recebimento de Embalagens Vazias da mesma Unidade da Federação;
- 5º Melhorias nas Unidades de Recebimento e Postos da Federação respeitando a sequência anterior.

(e) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto

Concomitante com a análise do novo modelo de negócios e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações

realizadas, a administração do Instituto obteve dos seus advogados um estudo detalhado de tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do novo modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2. Unidade de negócio gestão

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

- (a) Processo básico - destina-se à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transporte das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora); e pelos custos de destinação final das embalagens para incineração (Nota 22).
- (b) Processo de suporte - destina-se a comunicação e divulgação das operações do Instituto, para educação, treinamento e conscientização das partes envolvidas e interessadas, ao apoio jurídico e projetos que visem a auto sustentabilidade do sistema (Nota 22).
- (c) Processo administrativo - destina-se à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal (Nota 22).

1.3. Unidade de negócio recicladora

Com o objetivo de atingir a auto sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, foi construída uma unidade recicladora para absorver parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas e em 2008 o conjunto de ativos foi arrendado a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). O investimento do Instituto na construção e montagem e expansão da unidade fabril, atualmente, é de R\$ 65.761 (2016 - R\$ 62.510) (Nota 10).

1.4. Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a auto sustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recebimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado inicialmente em 4 fases: 1a fase - reciclagem de plásticos rígidos; 2a fase - transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3a fase - reciclagem de plásticos flexíveis; e 4a fase - transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, que resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."), cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar as fases 1 e 2 direcionando investimentos para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

A ampliação das fases 1 e 2 implicou na aquisição de 4 equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R\$ 20.000 (não auditado), todos estes instalados até dezembro de 2013 encerrando, portanto, os investimentos do projeto.

De forma a viabilizar a operação da Campo Limpo S.A. foi firmado, com o inpEV, um contrato de arrendamento mercantil dos ativos descritos na Nota 10, com remuneração ao instituto na ordem de 10% do faturamento líquido da Campo Limpo S.A. (Nota 21).

Com o objetivo de reduzir o custo total do sistema, em assembleia geral dos associados do inpEV

ocorrida em 19 de setembro de 2016, foi aprovada a realização de investimentos para a extensão das atividades da companhia da ordem de R\$ 41.200 para o período de 2017 a 2019, com o objetivo de buscar a redução do custo total do sistema, através da geração de receitas pelo arrendamento do imobilizado e ampliação dos resultados da Campo Limpo S.A.

1.5. Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.

Com o propósito de fechar o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia, em 24 de janeiro de 2014 foi constituída a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. ("Campo Limpo Tampas"), com 99,99% de quotas detidas pela Campo Limpo S.A., que tem por objetivo produzir um sistema de vedação de alta performance, as chamadas Eco-caps. Desta forma, será fornecido ao cliente uma solução completa contemplando embalagens (produzidas pela Campo Limpo S.A.) e tampas (produzidas pela Campo Limpo Tampas).

Para a consecução das operações da Campo Limpo Tampas, o Instituto firmou contrato de arrendamento de um espaço existente na Campo Limpo S.A. cuja remuneração equivale a 0,5% do faturamento mensal.

Em 2017, o Instituto obteve receita de arrendamento decorrente das operações da Campo Limpo Tampas no valor de R\$ 158 (2016 - R\$ 136) o qual está detalhado na rubrica de "Arrendamento mercantil operacional" (Nota 21).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas con-

tábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Diretor em 23 de fevereiro de 2018.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis,

que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Caução aluguel” e “Depósitos judiciais”.

2.3.2. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outras:

- dificuldade financeira significativa de recebimento da associada;
- inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.4. Contas a receber

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contra-

prestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de realização duvidosa.

Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.5. Adiantamento concedidos

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura e só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais, e estão apresentados no balanço patrimonial líquido da provisão para contingências (Nota 14).

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros re-

paros e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Edificações	50 - 60
Equipamentos e instalações	10-15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos", na demonstração do resultado.

2.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.9. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de vendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Provisões

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do

valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Benefícios a empregados - bônus

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.14. Reconhecimento de receita e correspondentes despesas

A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, receitas dos recicladores (taxa de credenciamento e ingresso para custeio de UREs), receita de arrendamento mercantil operacional e contribuições extraordinárias dos associados recebidas daqueles associados que também são acionistas na Campo Limpo S.A.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos são contabilizadas na rubrica "Adiantamento de associadas", no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de reciclador

O montante da taxa de credenciamento do reciclador é calculado com base no volume de embalagens

recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e é utilizada na composição da redução da contribuição anual dos associados do inpEV.

(c) Ingressos para custeio de UREs

Os ingressos para custeio de UREs, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócio gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores e aplicados no momento que as UREs (centrais e postos) apresentam os gastos ocorridos com a operação de preparação das embalagens para envio ao destino final.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em um percentual da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A. e Campo Limpo Tampas.

(e) Contribuições extraordinárias (repasse dos dividendos dos associados/acionistas da Campo Limpo S.A.)

São recursos repassados pelos associados do Instituto, os quais são também acionistas da Campo Limpo S.A., originados dos dividendos pagos pela Campo Limpo S.A. aos associados-acionistas no encerramento de cada exercício social. Portanto, o Instituto reconhece como receita os valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Campo Limpo S.A., prevista para ocorrer em abril do exercício seguinte.

As contribuições extraordinárias são utilizadas para a redução do valor da contribuição anual das associadas-acionistas da Campo Limpo S.A.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento de reciclador

Até novembro de 2009, as associações de vendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa de credenciamento de reciclador, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimen-

to de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das UREs e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das UREs recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa de credenciamento e discute verbas rescisórias com ex-funcionários (próprios e das URE's). Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

O contas a receber é representado pelos valores não recebidos de associados e recicladores. Para os casos em que alguma associada ou reciclador encontrar-se inadimplente (Nota 7), a administração do Instituto inicia um processo de cobrança amigável de forma a equacionar o recebimento do saldo devedor e, na eventualidade de se configurar em um problema, a administração do Instituto pode instaurar um processo de cobrança judicial.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos financeiros do Instituto representados por "caixa e equivalentes de caixa" (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), "contas a receber" de associadas, "caução aluguel" e "depósitos judiciais", são todos classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como "fornecedores", "adiantamento de associadas e recicladores" e "provisão para contingências", são classificados como outros passivos financeiros.

5.1. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

As disponibilidades e aplicações financeiras da Entidade são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings (FICTH):

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa e títulos		
Banco do Brasil S.A. - BB	-	3.949
Banco Itaú S.A. – AAA	39.371	30.053
	39.371	34.002

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação destes créditos mediante cobrança amigável.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	13	10
Bancos conta-movimento	7	310
Fundos de investimento(*)	39.364	33.692
	39.384	34.012

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros, depositados no Banco Itaú S.A., são remunerados com base na variação de 100,64% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2016 – Banco Itaú S.A e Banco do Brasil S.A., 102,18%).

7. CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Contribuições de associadas - Agroquímicos	4.362	3.837
Recicladores		
Credenciamento de recicladores	860	946
Ingresso para custeio de UREs	2.791	3.387
Arrendamento operacional - Campo Limpo S.A.	1.419	548
Dividendos acionistas - Campo Limpo S.A.	2.262	955
Outras contas a receber	87	14
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.878)	(3.873)
	7.903	5.814

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	(3.873)	(3.971)
Adições	(5)	(135)
Baixas por recebimento	-	233
Em 31 de dezembro	(3.878)	(3.873)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com os critérios a seguir descritos:

- Saldo em aberto de associadas com títulos vencidos há mais de 90 dias.
- Parcelamento de débitos (renegociações) vencidos.

O Instituto, após cobranças amigáveis e, por meio de seus advogados, decidiu impetrar processo judicial contra a associada inadimplente Fersol Indústria e Comércio Ltda. cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao valor de R\$ 3.667 (2016 - R\$ 3.667).

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2017	2016
A vencer	3.828	2.940
Vencidos		
Até 60 dias	4.066	2.860
De 61 a 90 dias	10	14
De 91 a 180 dias	-	63
De 180 a 360 dias	45	70
Superiores a 360 dias	3.832	3.740
	11.781	9.687

8. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	2017	2016
Adiantamentos para centrais (i)	4.231	7.419
Adiantamentos para postos (i)	1.307	939
Adiantamentos a funcionários	64	65
Adiantamentos de folha de pagamento	326	136
Outros adiantamentos	336	365
	6.264	8.924

(i) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1). A partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são reconhecidos no resultado do exercício por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

Do saldo de R\$ 4.231 em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1.613 corresponde a valores antecipados a determinadas centrais, superavitárias, em conformidade com a prestação de contas mensal. Porém, por serem centrais superavitárias, não utilizaram os recursos antecipados na execução de suas atividades e conforme mencionado na Nota 1.1(d), o Instituto apresenta no passivo, sob a rubrica de Excedente de centrais, saldos a pagar para centrais superavitárias e que são utilizados segundo hierarquia de utilização previamente estabelecida.

9. CAUÇÃO ALUGUEL

O saldo de R\$ 77 (2016 - R\$ 137), é referente ao depósito caução, definido no contrato de locação do imóvel situado à Avenida Roque Petroni Junior, 850, local da sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

10. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento/adiantamentos	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	431	13.040	36.166	707	328	35	50.707		50.707
Em Aquisição		29	2.456	354	61	4	2.904		2.901
Baixa			(27)	(121)	(16)		(164)		(164)
Depreciação		(735)	(5.661)	(329)	(65)	(11)	(6.801)		(6.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	431	12.334	32.934	611	308	28	46.646		46.646
Custo total	431	17.567	58.940	1.573	802	118	79.431		79.431
Depreciação acumulada		(5.233)	(26.006)	(962)	(494)	(90)	(32.785)		(32.785)
Valor residual	431	12.334	32.934	611	308	28	46.646		46.646
Saldos em 31 de dezembro de 2016	431	12.334	32.934	611	308	28	46.646		46.646
Aquisição		657	2.127	483	234		3.501	3.948	7.449
Baixa			(21)	(18)	(11)		(51)		(51)
Depreciação		(940)	(5.726)	(351)	(88)	(12)	(7.116)		(7.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	431	12.051	29.314	725	443	16	42.981	3.948	46.928
Custo total	431	18.224	60.978	1.979	1.001	118	82.733	3.948	86.681
Depreciação acumulada		(6.173)	(31.664)	(1.254)	(558)	(103)	(39.753)		(39.753)
Valor residual	431	12.051	29.314	725	443	16	42.981	3.948	46.928

Conforme nota 1.3, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo inpEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. O custo desses ativos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 65.761 (2016 - R\$ 62.510).

Em 1o de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramen-

tas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a companhia Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A., incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

			2017
Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.831	(5.326)	11.505
Equipamentos e instalações	45.410	(23.700)	21.810
Veículos	426	(281)	145
Móveis e utensílios	535	(359)	176
Imobilizado em andamento	2.436		2.436
Outros	23	(23)	
	65.761	(29.689)	36.072

			2016
Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.831	(4.666)	12.165
Equipamentos e instalações	44.763	(19.323)	25.440
Veículos	401	(284)	117
Móveis e utensílios	492	(319)	173
Imobilizado em andamento	23	(23)	
Outros	62.510	(24.615)	37.895

11. INTANGÍVEL

	Softwares adquiridos
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315
Aquisição	235
Baixa	(1)
Amortização	(142)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	407
Custo total	1.756
Amortização acumulada	(1.349)
Valor residual	407

	Softwares adquiridos
Saldos em 31 de dezembro de 2016	407
Aquisição	154
Amortização	(168)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	393
Custo total	1.905
Amortização acumulada	(1.512)
Valor residual	393

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2017, incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Hardware e software	610	(411)	199

12. CONTAS A PAGAR ÀS CENTRAIS E POSTOS

Referem-se aos valores a pagar para as UREs (centrais e postos) em decorrência do compartilhamento dos custos de manutenção operacional firmado entre o Instituto e os gestores dessas unidades (associação de revendas), e cujo saldo em 31 de

dezembro de 2017 corresponde a R\$ 2.105 (2016 - R\$ 6.591).

13. EXCEDENTE DE CENTRAIS

Conforme descrito na Nota 1.1 (d), o saldo de excedentes de determinadas centrais, no valor de R\$ 2.600 (2016 - R\$ 2.292), é segregado em conta de aplicação financeira específica, controlado por central, e somente poderá ser utilizado após aprovação prévia do Instituto e desde que respeitada a hierarquia de prioridades prevista no convênio entre as partes.

14. CONTINGÊNCIAS

As discussões judiciais e seus correspondentes depósitos judiciais estão apresentados conforme seguem:

	Depósitos judiciais		Contingência	
	2017	2016	2017	2016
Tributária - Contribuição para o				
Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	14.978	12.980	15.026	13.034
Trabalhistas (ii)		187	287	344
	14.978	13.167	15.313	13.378
Depósitos judiciais relacionados com discussões judiciais	(14.978)	(13.167)	(14.978)	(13.167)
Valor líquido das discussões judiciais			335	211
Menos passivo circulante			(48)	(53)
No passivo não circulante			287	158

Movimentação das discussões judiciais nos exercícios de 2017 e de 2016 está demonstrada a seguir:

	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	10.971	584	11.555
Complemento/adições (iii)	929	20	949
Reversão/baixa		(260)	(260)
Atualização monetária	1.134		1.134
Saldos em 31 de dezembro de 2016	13.034	344	13.378
Complemento/adições (iii)	982	287	1.269
Reversão/baixa		(344)	(344)
Atualização monetária	1.010		1.010
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.026	287	15.313

(i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão

da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Em outubro de 2013 foi proferida sentença que não concedeu o pedido do InpEV e determinou o pagamento da COFINS. Em novembro de 2013 o Instituto apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal, para o qual ainda não há previsão de julgamento.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto passou a efetuar o depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2017, que totalizou R\$ 15.026 (2016 - R\$ 13.034). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado pelo valor líquido no passivo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

Em 2014, a Fazenda Nacional apresentou suas Contra-Razões em face do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto.

(ii) Em 2016, foi constituída a provisão trabalhista referente a processos movidos por ex-funcionários das UREs cuja expectativa de perda atribuída pelos advogados como sendo provável perda, ponderada pela participação do Instituto.

(iii) O valor de R\$ 982 (2016 - R\$ 929), refere-se ao montante de imposto a ser pago no exercício de 2017 e que está sendo depositado em juízo em decorrência da discussão judicial de tributação da COFINS sobre a taxa de credenciamento.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Durante o exercício de 2016, houve a ocorrência de alguns processos trabalhistas movidos por ex-funcionários das UREs e, o Instituto, como corresponsável nesses processos, realiza, rotineiramente um acompanhamento dos mesmos junto a sua área jurídica.

O objetivo deste acompanhamento é orientar as associações de revendas, legítimos empregadores, quanto à melhor condução dos processos cujo valor em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 1.078 (2016 - R\$ 1.567).

Na hipótese de desfecho final desfavorável, o Instituto arcará com o custo proporcional a sua contribuição nas despesas mensais dessas UREs.

Co-responsabilidade de cumprimento de obrigações trabalhistas

Em 2015, o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Mato Grosso moveu ação civil pública contra o Instituto, no valor aproximado de R\$ 58.000, questionando a responsabilidade trabalhista na gestão da Unidade de Recebimento de Sapezal, que é administrada exclusivamente pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sapezal (AEASA), tendo sido o Instituto e as demais rés (indústrias), incluídos como co-corresponsáveis no cumprimento das obrigações trabalhistas.

De acordo com seus consultores jurídicos, a imputação de co-responsabilidade trabalhista ao Instituto não prospera uma vez que não há qualquer tipo de responsabilidade trabalhista que pudesse ser imputada ao Instituto e demais rés, em função do compartilhamento de obrigações ambientais no fluxo de uma cadeia de logística reversa.

A administração do Instituto, apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos, avaliou o risco de perda neste processo como possível, razão pela qual, não consignou qualquer valor nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

15. ADIANTAMENTOS DE ASSOCIADAS

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e destinação final, dentre outros, das embalagens vazias, as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

A movimentação dos adiantamentos de associadas é conforme segue:

	1º de janeiro de 2017	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2017
Contribuições dos associados (i)	4.400	68.937	(66.803)	6.534
Crop Life Associados saneantes	2			2
	4.402	68.937	(66.803)	6.536

(i) O orçamento do Instituto de cada exercício considera investimentos necessários com expansão, manutenção e melhorias nas centrais e postos. O saldo remanescente ao final de cada exercício corresponde à parcela de investimentos aprovados em determinado exercício, porém, não incorridas até aquele encerramento.

As adições de contribuição dos associados no montante de R\$ 68.937 correspondem substancialmente às contribuições estimadas dos associados no valor de R\$ 86.802, deduzidos do plano de redução das contribuições no valor de R\$ 15.000 e os dividendos distribuídos para os associados que participam no capital da Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 2.865, valor este considerado necessário para cumprir com as atividades do Instituto durante o exercício de 2017.

As baixas de 2017, representam o reconhecimento de receita das contribuições das associadas no valor de R\$ 66.803 (Nota 17). O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2017, contempla o valor de R\$ 4.270 (2016 - R\$ 4.400), decorrente do empenho à consecução das atividades dos próximos exercícios e compromissos firmados com terceiros, aprovados no orçamento de 2017, que serão incorridos no exercício de 2018 e R\$ 2.262 refere-se ao excedente orçado a ser utilizado em período subsequente (Nota 25).

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual su-

perávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

(a) Reserva de novos associados

Ao longo do ano de 2013, o conselho diretor do InpEV, em conjunto com a diretoria executiva, discutiu a necessidade de cobrança de uma taxa de afiliação ao Instituto aos novos solicitantes, a título de reembolso por todos os investimentos já realizados pelos atuais associados ao longo da existência do Instituto.

Na 17ª Assembleia Geral de Associados, ocorrida em 14 de abril de 2014, os associados aprovaram os seguintes principais termos para afiliação de novos associados:

(i) Pagamento único, no valor de vinte salários mínimos, devido a partir da concessão do pedido de afiliação pelo Conselho Diretor;

(ii) 1,5% (um e meio por cento) do faturamento líquido anual do novo associado computado com base no negócio de defensivos agrícolas, pago por três anos e apurado a cada ano do efetivo pagamento a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado de forma direta, caso não o faça deste o princípio; e

(iii) 1,5 (um e meio) vezes o valor do custo/quilo médio de embalagens apurado no orçamento anual

do inpEV multiplicado pela quantidade de embalagens colocadas pelo associado no mercado, de forma direta e/ou por meio de terceiros, pago por cinco anos, e cobrados a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado (de forma direta e/ou por meio de terceiros), caso não o faça deste o princípio.

Os associados entrantes a partir de janeiro de 2014 que iniciaram a comercialização de produtos agroquímicos, passaram a ter a responsabilidade de retirada de suas embalagens vazias do meio ambiente. Dessa forma, iniciaram o processo de pagamento das taxas de afiliação que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondeu ao valor de R\$ 913 (2016 – R\$ 852). Considerando tratar-se de contribuição de afiliação de um novo associado,

os valores recebidos estão sendo registrados em contrapartida do patrimônio líquido sob rubrica de Reserva de novos associados.

(b) Plano de redução das contribuições

O projeto original de auto sustentabilidade do Instituto previa, em determinado momento futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme correspondência enviada aos associados em novembro de 2016, foi informado a diminuição das contribuições das associadas para o exercício de 2017 no valor de R\$ 15.000 (2016 – R\$ 22.800).

17. RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	2017	2016
Contribuições das associadas - agroquímicas (Nota 15 (i))	84.668	95.463
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 18)	13.546	12.194
Ingressos para custeio de UREs (Nota 19)	36.900	35.215
Contribuições extraordinárias (repasse dos dividendos dos associados-acionistas da Campo Limpo S.A. (Nota 20)	3.062	2.268
Arrendamento mercantil operacional (Nota 21)	6.780	6.837
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	601	578
Outros	1	22
	145.558	152.576
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados (Nota 15 (i))	(17.865)	(35.553)
COFINS sobre taxa de credenciamento	(631)	(927)
COFINS sobre o arrendamento	(515)	(121)
Receita líquida das atividades	126.547	115.976

18. TAXA DE CREDENCIAMENTO DE RECICLADORES

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos. Esses serviços consistem

em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2017 no montante de R\$ 13.546 (2016 – R\$ 12.194).

19. INGRESSOS PARA CUSTEIO DE URES

A partir de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de UREs. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de UREs são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2017, as receitas auferidas com ingressos de custeio de UREs totalizaram R\$ 36.900 (2016 - R\$ 35.215).

20. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS (REPASSE DOS DIVIDENDOS DOS ASSOCIADOS/ACIONISTAS DA CAMPO LIMPO S.A.)

Conforme prevê o acordo de acionistas da Campo Limpo S.A., os montantes recebidos a título de dividendos recebidos desses acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária a totalidade dos dividendos recebidos da companhia Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 3.062 (2016 - R\$ 2.268).

21. ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo S.A. O valor do aluguel de R\$ 6.780, sendo R\$ 6.623 da "Campo Limpo S.A." e R\$ 157 da Campo Limpo Tampas (2016 - R\$

6.705 e R\$ 132) corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpo S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Até um ano	8.604	8.049
Mais de um ano até cinco anos	68.617	9.902
Mais de cinco anos	38.836	
	116.057	17.951

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos, contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de vinte anos. Conforme estabelece a cláusula 2.1.1. do contrato, o período de renovação ocorrerá automaticamente, por igual período e nas mesmas condições, caso não seja denunciado, por qualquer das partes, por escrito, no prazo de 210 (duzentos e dez dias) dias anteriores ao término previsto para a locação (02 de maio de 2018), ou seja, 10 anos. Considerando que não houve manifestação por quaisquer uma das partes antes do prazo de 210 dias, o contrato de locação encontra-se renovado em 31 de dezembro de 2017, assim como o comprometimento do Instituto com pagamentos futuros.

Conforme descrito na Nota 1.4, em 2016 foi aprovado plano de expansão das atividades da Campo Limpo S.A. no montante aproximado de R\$ 41.200 a ser realizado pelo Instituto, cujo objetivo será o incremento da receita de arrendamento recebido pelo Instituto.

Em 2018 está prevista a renovação do acordo de acionistas pelo mesmo período inicialmente acordado, ou seja, 10 anos.

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2017	2016
Despesas com infraestrutura	(32.803)	(28.952)
Processo de suporte	(5.858)	(6.727)
Processo básico	(84.956)	(82.744)
	(123.617)	(118.521)

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2017	2016
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	(701)	(564)
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	(18.056)	(15.825)
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	(601)	(578)
Gastos gerais (i)	(9.600)	(8.722)
Serviços de terceiros (ii)	(1.630)	(1.117)
Tecnologia da informação	(1.504)	(1.584)
Institucional	(711)	(562)
	(32.803)	(28.952)
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	(906)	(1.027)
Comunicação, educação e campanhas (iv)	(4.434)	(4.658)
Desenvolvimento tecnológico	(267)	(284)
Projetos (v)	(251)	(758)
	(5.858)	(6.727)
Processo básico		
Operações (vi)	(51.530)	(50.157)
Logística (vii)	(23.522)	(22.952)
Destinação final (viii)	(9.904)	(9.635)
	(84.956)	(82.744)

(i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor total de R\$ 7.262 (2016 - R\$ 6.943), e despesas com manutenção de imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A. no valor de R\$ 1.058 (2016 - R\$ 858).

(ii) Refere-se, principalmente, a despesas com as seguintes assessorias:

- Tributárias e fiscais - R\$ 241 (2016 - R\$ 184).
- Recursos humanos - R\$ 107 (2016 - R\$ 104).
- Auditorias interna e externa - R\$ 363 (2016 - R\$ 696).
- Administrativa - R\$ 221 (2016 - R\$ 57).

(iii) Refere-se a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento, no valor de R\$ 866 (2016 - R\$ 1.027).

(iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

- Gastos com campanha - R\$ 547 (2016 - R\$ 535).
- Dia Nacional Campo Limpo - R\$ 1.677 (2016 - R\$ 1.770).
- Material de comunicação e institucional - R\$ 578 (2016 - R\$ 439).

- Campanha regional tríplice lavagem - R\$ 154 (2016 - R\$ 111).
- Serviços de terceiros e comunicação - R\$ 523 (2016 - R\$ 594).
- Eventos institucionais - R\$ 349 (2016 - R\$ 526).

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios no valor de R\$ 250 (2016 - R\$ 653).

(vi) Refere-se, principalmente, a custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$ 49.192 (2016 - R\$ 42.858) e construção de centrais e postos, no valor de R\$ 2.251 (2016 - R\$ 3.476).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$ 18.493 (2016 - R\$ 18.494) e não lavadas para incineração no valor de R\$ 1.825 (2016 - R\$ 1.636).

(viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas no valor de R\$ 9.081 (2016 - R\$ 9.501).

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Receita de aplicação financeira	2.668	3.946
Outras receitas financeiras	100	144
	2.768	4.090
IRRF sobre aplicação financeira	(489)	(703)
COFINS sobre aplicação financeira	(141)	(236)
Outras despesas financeiras	(186)	(80)
	(816)	(1.018)
	1.952	3.072

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, sete gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários, férias e 13º salário	(3.661)	(3.131)
Encargos	(1.275)	(1.086)
Outras remunerações (*)	(1.941)	(1.768)
	(6.877)	(5.985)

(*) Outras remunerações incluem valores relacionados com bônus anual, previdência privada de contribuição definida, assistência médica e seguro de vida em grupo.

25. COMPROMISSOS FIRMADOS

Durante o exercício de 2017, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2017, serão executadas no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2017	2016
Processo com infraestrutura (i)	(791)	(511)
Processo de suporte (ii)	(299)	(2.244)
Processo básico (iii)	(3.180)	(1.645)
	(4.270)	(4.400)

(i) Representado por despesas previstas com informática e administrativo, nos valores de R\$ 337 e de R\$ 454, respectivamente.

(ii) Representado, principalmente, por projeto de comunicação e projetos de obsolescência no valor de R\$ 140.

(iii) Representado por melhorias de equipamentos das centrais e contratos de incineração, nos valores de R\$ 2.450 e R\$ 541, respectivamente.

26. SEGUROS

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Local	Importâncias seguradas
InpEV - escritório	
Incêndio de bens do imobilizado	5.000
InpEV - 111 centrais	
Responsabilidade civil	7.000

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Redução da contribuição das associadas de 2018

Conforme acordado com os associados e formalizado através de correspondência sobre orçamento inpEV 2018 enviada no mês de dezembro de 2017, está previsto redução das contribuições das associadas no valor total de R\$ 15.000 referente às receitas geradas pelo Sistema Campo Limpo, a serem distribuídos distintamente entre as associadas do Instituto.

As associadas também acionistas da Campo Limpo S.A. além da redução referente as receitas geradas pelo Sistema Campo Limpo, terão um acréscimo da redução referente aos dividendos a serem distribuídos pela Campo Limpo S.A e repassados ao inpEV em 2018.

João Cesar Meneghel Rando
Diretor Presidente - inpEV

Regina Marta de Santana Sousa
Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6

Créditos

REALIZAÇÃO

InpEV

COORDENAÇÃO

Presidência e Sustentabilidade (inpEV)

CONTEÚDO TÉCNICO GRI

Visão Sustentável

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Visão Sustentável

PROJETO GRÁFICO

S+G Comunicação

FOTOS

Acervo inpEV

Shutterstock

ESTA PUBLICAÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO INPEV

[GRI **G4-5**, **G4-31**]

Endereço da sede: Avenida Roque Petroni Júnior, 850 - 18º andar -
Torre Jacerú, São Paulo/ SP

Para informações, sugestões, críticas ou comentários, favor entrar
em contato pelo Canal Fale Conosco (faleconosco@inpev.org.br),
por meio do site www.inpev.org.br.



inpev.org.br

/inpev



/inpev



/inpevbrasil

